Sumário

Número de notícias: 50 | Número de veículos: 33

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Governo cobra repasse da redução de impostos 5

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Cadeia da reciclagem ganha modernização via startups 6

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
De servidores do BC a comissionados, corporações inflam PEC dos juízes - COLUNA DO ESTADÃO
. 8

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Faltam 2 semanas para o fim do prazo do IRPF 10

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Boas práticas ASG/ESG e o Imposto de Renda (Artigo) 12

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Saiba o que fazer para não cair na malha fina 13

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Receita alerta para golpe no IR 14

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL
Legalização dos jogos - ESPLANADA 16

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL
Um superávit enganoso (Editorial) 18

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL
Três mil no Estado têm de de devolver dinheiro ao INSS 19

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO
SEGURIDADE SOCIAL
Segurados do INSS terão de devolver tutela antecipada de benefícios, decide o STJ
. 20

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - PARÁ
SEGURIDADE SOCIAL
Semana do MEI oferta oficinas, seminários e palestras de graça 21

PORTAL UOL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL
Imposto de Renda 2022: Faltam duas semanas para o fim do prazo de entrega 23

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA
Fim do inferno tributário (Artigo) 26

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA
Reforma tributária da PEC 110/19 promoverá melhores condições de renda social e de desenvolvimento? 27

PORTAL UOL - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Ex-trabalhadora doméstica pode ser 1ª vice-presidente negra da Colômbia 28

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Transparência é obrigação (Editorial) 30

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Imposto no tribunal (Editorial) 31

FOLHA DE S. PAULO - SP - MUNDO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Kim Jong-un aciona tropas após criticar resposta a surto de Covid 32

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Cesta básica - PAINEL S.A. 33

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Conta de energia explode e deflagra debate sobre como reduzir preço 35

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Tenho dúvidas se esse ESG é sério; greenwashing está institucionalizado 37

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Refis do simples negócios (Artigo) 41

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Guedes critica encargo trabalhista 42

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Estados querem ICMS do diesel com desconto 43

O ESTADO - FORTALEZA - CE - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Quem manda na petrobras? (Artigo) 44

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Bolsonaro diz que haverá mudanças na Petrobras 45

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA
Freio na China preocupa 47

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA
"Todos pagarão por inflação menor" 48

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
ECONOMIA

Ajustar a previdência para voltar a crescer (Artigo) 49

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
ECONOMIA
Na busca de saídas pela informalidade 51

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA
Mais de quatro séculos para dobrar o nosso PIB (Artigo) 53

FOLHA DE S. PAULO - SP - MUNDO
ECONOMIA
Suécia faz pedido para aderir à Otan, e Putin fala em reação proporcional 54

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA
Produtividade dos trabalhadores brasileiros só cresce na agropecuária 56

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHA MAIS
ECONOMIA
Aposentados vivem boom econômico nos Estados Unidos 58

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHA MAIS
ECONOMIA
Índia proíbe vendas de trigo ao exterior para reduzir preços domésticos 60

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - CIDADES
ECONOMIA
Sem alternativa, população de baixa renda do DF sofre com a inflação 61

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA
Bolsonaro afirma que haverá mais mudanças na Petrobras 62

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA
China dá novos sinais de desaquecimento por causa da covid 63

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA
'Risco é que a inflação global continue em alta' 64

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA
ECONOMIA
Dívida pública brasileira arrefece 65

CORREIO POPULAR - CAMPINAS - SP - ELEIÇÕES
ECONOMIA
Mais de 200 entidades assinam documento em defesa de eleição 66

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - ECONOMIA
ECONOMIA
Quatro em cada dez brasileiros estão negativados 67

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
ECONOMIA
Vendas de usados recuaram 7,6% em abril 68

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
ECONOMIA
Mineração 4.0 e os desafios para operações mais sustentáveis (Artigo) 69

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS
ECONOMIA

Setor público registra superávit de R$ 4,3 bilhões 71

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS
ECONOMIA
Ibovespa começa a semana em alta de 1,22% 72

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS
ECONOMIA
BC: decisão sobre Selic precisa ser razoável 74

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA
ECONOMIA
Ipea: inflação afeta mais as pessoas de baixa renda durante o mês de abril 75

AQUI - BELO HORIZONTE - MG - BEM VIVER
COMUNICADO
Fortalecer a saúde de idosos afasta demência 76

Governo cobra repasse da redução de impostos

Michelle Portela

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem que o governo está realizando rodadas de conversas com representantes da indústria para cobrar o repasse da redução dos **impostos** ao consumidor. A afirmação foi feita durante a cerimônia de abertura da 36ª Edição da Apas Show. "Estamos perguntando por que a redução dos **impostos** não está sendo repassada ao consumidor. Não adianta apenas reduzir (imposto). É preciso que isso chegue ao consumidor", disse Guedes a uma plateia formada por líderes dos principais supermercados no país.

Nas últimas semanas, o governo está discutindo no Supremo Tribunal Federal (STF) a manutenção do Imposto sobre Produtos Industriais (IPI), que havia sido reduzido em 25% e posteriormente teve o corte ampliado para 35%, que depois foi suspenso pelo ministro Alexandre de Moraes, do STF. Na quarta-feira, o presidente Jair Bolsonaro, que também participou da abertura da feira do setor supermercadista, assinou o Decreto 11.063, que regulamenta a lei que prevê a isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para carros PCD, utilizado por pessoas com deficiência. A partir de agora, já é possível fazer a solicitação junto à **Receita Federal**.

Guedes disse ainda que o governo deverá melhorar programas sociais e realizar novos investimentos em infraestrutura, mas também defendeu a geração de energia verde e a redução de encargos trabalhistas. Na fala de abertura do evento do setor supermercadista, o ministro destacou que o setor contribuiu para evitar o desabastecimento durante a pandemia. Além disso, Guedes destacou que o país tem um programa de renda básica com a implementação do Auxílio Brasil: "Vamos melhorar os programas sociais, a rampa de ascensão social".

Após a fala, o ministro criticou o volume de encargos trabalhistas no país, que seriam "armas de destruição em massa de empregos". Quanto aos investimentos, Guedes defendeu a venda de ativos do governo para alimentar um fundo de reconstrução nacional que seria usado para financiar obras públicas. Sem mencionar diretamente gestões anteriores ou candidatos à Presidência, Guedes afirmou ainda que, "se eles querem desfazer todas as reformas que estamos fazendo, são os principais mentores da destruição de emprego". Com a janela de oportunidade aberta com a guerra entre a Ucrânia e a Rússia, na avaliação do ministro, o Brasil está sendo percebido pelos Estados Unidos e países da Europa como um porto de atração de investimentos.

Site:
https://digital.em.com.br/estadodeminas/17/05/2022/p1

Cadeia da reciclagem ganha modernização via startups

Daniela Arcanjo

Indispensável na gestão do lixo e cada vez mais valorizada à medida que a crise climática bate à porta, a cadeia da reciclagem passou as últimas décadas praticamente incólume à revolução digital. Esse cenário começou a mudar recentemente, na medida em que startups identificaram oportunidades de negócio na área.

A introdução da tecnologia, porém, não exclui a enorme quantidade de trabalhadores envolvidos na atividade, indispensáveis para a qualidade da reciclagem, segundo especialistas.

Um desses exemplos está em Carapicuíba, na Grande São Paulo. Ali, da calçada da marginal Córrego Cadaval, o pedestre mal consegue acompanhar os apressados carros que atravessam a via. Há um veículo, porém, que de hora em hora desponta no horizonte em passos lentos.

São carroças com muito mais peso do que deveríam carregar papelão, garrafas e latinhas lotam a traseira dos carrinhos de cata dores de recicláveis. Eles vêm para descarregar parte do volume que coletaram nas ruas. O destino não é um ferro-velho, mas uma startup -a Green Mining.

Desde o fim de 2021, funciona ali uma estação que paga pelo menos se is vezes mais ao catador por garrafas de vidro -resíduo de matéria-prima abundante e, por isso, de menor valor na cadeia de reciclagem.

A estação Preço de Fábrica, como foi batizada, é um dos projetos da Green Mining. Em outro, os próprios funcionários da startup buscam os materiais em bares e restaurantes da região.

Matheus Magalhães, 27, está na função desde 2018, mas sua principal tarefa é registrar as informações dos resíduo s que chegam no ponto por meio de catadores autônomos.

Os dados são inseridos em um aplicativo e registrados em blockchain, sistema que se popularizou com a difusão das criptomoedas. A ferramenta é uma espécie de livro público da internet, praticamente impossível de ser violado.

"Nenhum dado pode ser alterado. A gente garante que ninguém vai aumentar ou reduzir o que já foi coletado" afirma um dos fundadores da empresa, Rodrigo Oliveira.

Com o financiamento de grandes produtores de embalagens, o vidro que chega ali vai para empresas de embalagens e volta para as prateleiras, processo que aumenta a vida útil dos aterros, gasta menos energia e poupa recursos naturais.

A aprovação da lei para a Política Nacional de Resíduos Sólidos, em 2010, e a assinatura do Acordo Setorial de Embalagens, em 2015, abriram um flanco para as empresas de tecnologia, que passaram a atuar como um braço logístico da reciclagem para grandes companhias.

A lei dispõe sobre a logística reversa, ou seja, o caminho de volta das embalagens após o consumo. Já o acordo, feito entre grandes empresas e poder público, determinava a redução de no mínimo 22% das embalagens levadas a aterros até 2018.

Nesse contexto, a apresentação de notas fiscais tomou-se expediente comum para comprovar a reciclagem. Empresas intermediárias compram esses créditos de um dos elos da cadeia (uma cooperativa, por exemplo) e os vendem a companhias que precisam prestar contas sobre suas embalagens.

É um sistema parecido com o mercado de créditos de carbono, diz Flávia Cunha, fundadora da Casa Causa, hub de soluções para economia circular. A empreendedora, porém, faz ressalvas à aplicação desse método no Brasil.

"É quase que uma moeda de troca. Não tem uma auditoria, você não consegue ver esse fluxo acontecer. Só vê a troca de papel, não vê a troca do reci-clável. Falta rastreabilidade." O empresário Dione Manetti nomeou a simples comercialização de créditos de "monetização de papel".

"Eu me aproprio de um resultado que já existe na cadeia, mas eu não invisto na base dela para ampliar a sua capacidade de recuperação", afirma.

A Pragma, sua empresa, lança mão desse recurso, vendendo notas fiscais adquiridas com as

cooperativas para as companhias que precisarem comprovar a logística reversa. Os papéis passam por um sistema que verifica a sua validade na **Receita Federal** e confere a assinatura eletrônica.

Mas a real diferença, diz ele, está no acompanhamento da verba: a cooperativa parceira estabelece um preço pelas notas, mas a Pragma participa do plano de ações. "Se eu simplesmente pagará cooperativa e não acompanhar e planejar junto, correrei o risco de que esse dinheiro seja apropriado por poucas pessoas." O MNCR (Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis) estima que existam 800 mil catadores no Brasil. O Anuário da Reciclagem de 2021 mapeou 9.754 desses profissionais em 358 organizações de materiais recicláveis. A estimativa é que 54% sejam mulheres, e 76,1%, negros.

No bairro de Periperi, a pouco mais de uma hora de transporte público do Pelourinho, cartão-postal do centro de Salvador, Genivaldo Ribeiro sustenta a sua família há dez anos com a renda que consegue com a reciclagem.

Ele é um dos fundadores da Cooperguary, que nasceu da tentativa de limpar o rio que passa na comunidade.

"O ambiente influencia em tudo na nossa vida. A gente está vendo como a chuva está destruindo as plantações, o que vai impactar a alimentação e encarecer tudo", afirma Tico, como é conhecido.

Na sede da cooperativa onde Tico é diretor, os materiais prensados se empilham na direção das frestas do telhado, que com o enorme portão da fachada dão luz suficiente para os 20 cooperados minerarem os objetos que chegam dos caminhões.

Cada um na sua baia, eles trabalham no mesmo compasso: no meio do galpão, uma das recidadoras separa o plástico azul da capa dos fichários de papelão que devem ter sido úteis em um arquivo, enquanto outro desmonta eletrônicos antigos para procurar o material mais valorizado da reciclagem: o cobre.

Há dois colaboradores, porém, que mudaram a rotina nos últimos dois meses. De terça a sábado, Ane Silva e Gilberto Santos trocam o trajeto para a vizinha Cooperguary por um galpão no Rio Vermelho, bairro boêmio de Salvador.

Ali pegam triciclos e saem pelo bairro fazendo a coleta de recicláveis em casas e restaurantes que se inscreveram no programa Roda, da startup baiana Solos.

Com financiamento de grandes empresas, a startup firma parcerias temporárias com cooperativas. Uma das condicionantes do contrato é disponibilizar dois cooperados para fazer a rota.

"Aqui em Salvador nós víamos muito menos gente catando material. O que estamos vendo agora não é o catador nato, que cata todos os dias, mas o espontâneo. Ele está desempregado, passando dificuldades, e está catando para levar o sustento para casa. Isso impacta direto no trabalho da cooperativa." A estratégia de financiamento vai ao encontro do que Tico reivindica em qualquer oportunidade: a remuneração do trabalho das cooperativas. Ele já se cansou de mobilizar caminhão e colaboradores para chegara um destino e conseguir apenas uma caixa de vidro. Com o pagamento, a remuneração do trabalho está garantida. "Aí todo material é lucro", diz ele.

"Tecnologia é um calcanhar de Aquiles para a gente hoje. Entendemos que é fundamental, não só para garantir uma operação mais eficiente mas também para ter um rastreamento de dados que seja mais confiável", afirma Saville Alves, fundadora da empresa.

Mas o investimento precisa ser alto.

"Geolocalização, como faz Uber e iFood, é supercaro. Hoje a gente não consegue colocar", afirma Alves. "Parece algo simples, porque está no nosso dia a dia, mas só as grandes conseguem fazer em tempo real."

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49914&anchor=6456071&pd=3538a929a829f516fe3d26fe50f9afb0

De servidores do BC a comissionados, corporações inflam PEC dos juízes - COLUNA DO ESTADÃO

MARIANA CARNEIRO, COM JULIA LINDNER, MATHEUS LARA E GUSTAVO CÔRTES. COLABOROU LAURIBERTO POMPEU

A PEC 63, que prevê elevação automática dos salários de magistrados e procuradores federais a cada cinco anos, mal começou a ser debatida no Senado e já está inflada pelo lobby do funcionalismo público. Auditores da **Receita Federal**, servidores do Banco Central, funcionários em cargos de comissão e membros dos tribunais de contas são algumas das corporações contempladas em 13 sugestões de emendas ao texto. A pressão vem de senadores da esquerda à direita, como Weverton Rocha (PDT-MA) e Telmário Mota (PROS-RR). No sábado, Rodrigo Pacheco defendeu a PEC em evento com juízes. Embora projeções indiquem R$ 7,5 bi a mais em despesas, ele afirma que os reajustes cabem nos orçamentos dos tribunais.

IRRESTRITO.

Em uma das emendas propostas, o senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) afirma ser contra a PEC, mas argumenta que, se for o caso de criar o reajuste automático, que ele valha para "todos os agentes públicos do País".

FIAÇÃO.

Gilberto Kassab e Lula negociam um acordo com várias pontas para dar ao petista o apoio de Alexandre Kalil (PSD) em Minas. André Quintão (PT) é cotado para assumir a vice. Em troca, o atual candidato a vice, Agostinho Patrus (PSD), receberia uma vaga no TCE. Alexandre Silveira (PSD) seria o candidato ao Senado.

DESCOLADO.

Fernando Haddad (PT) não conseguirá repetir a aliança nacional que seu partido fechou com o Solidariedade.

Único dirigente de partido de centro que fechou com Lula, Paulinho da Força diz que a sigla fará campanha para Rodrigo Garcia (PSDB) em São Paulo.

A JATO.

As pesquisas qualitativas e quantitativas encomendadas por PSDB e MDB foram aceleradas no final de semana pela equipe do instituto de Paulo Guimarães, da Unicamp. Ele montou uma força-tarefa para que o resultado saia ainda hoje.

PASSADO.

A equipe do presidente do PSDB, Bruno Araújo, vai usar falas antigas de João Doria defendendo a aliança de centro para derrubar a tese do ex-governador de "golpismo" caso ele não seja candidato.

QUEM VAI.

Candidatura única também é assunto em Pernambuco, onde Miguel Coelho (União) e Raquel Lyra (PSDB) tentam um acordo em que um deles abriria mão de tentar o governo estadual. Pesquisa que saiu ontem pode acelerar as conversas.

Lyra perdeu votos para Marília Arraes (PT), mas segue na frente ao Senado. Já Coelho ficou estável, em terceiro, e poderia ser ajudado pelos votos dela.

CURSO.

Eduardo Bolsonaro (PL-SP) está oferecendo treinamento sobre conservadorismo a R$ 197 por pessoa. Entre os professores, estão Mário Frias e Ricardo Salles. Quem adquire o pacote de aulas ganha de bônus um "guia completo para obter arma de fogo".

PREÇO.

A mulher de Eduardo, Heloisa, diz que o marido quis que o preço fosse "acessível a todo brasileiro" - o valor é metade do que o governo Bolsonaro paga por mês no Auxílio Brasil.

PRONTO, FALEI!

João Doria Presidenciável do PSDB "O resultado das prévias deve ser respeitado. A tentativa de derrubar a

escolha feita pela maioria mancha gravemente a honra e os valores éticos do partido"

CLICK

Michelle Bolsonaro Primeira-dama Em viagem a Israel, a primeira- dama hasteou a bandeira do Brasil em tour no Mar da Galileia. Ela viajou com a ex-ministra Damares Alves

Site: https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Faltam 2 semanas para o fim do prazo do IRPF

Contribuinte deve ficar atento. Multa para quem não enviar declaração até dia 31 é de no mínimo R$ 165,74 ou até 20% do imposto devido

Brasília - Faltando duas semanas para o fim do prazo de entrega da declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) 2022, base 2021, quase 12 milhões de contribuintes ainda não tinham acertado as contas com o Fisco, conforme balanço divulgado pela **Receita Federal** ontem. Foram enviados 22,3 milhões de documentos, nas a **Receita Federal** espera receber 34,1 milhões. A declaração deve ser enviada até as 23h59min do dia 31 de maio. O prazo original de entrega era 29 de abril, mas houve prorrogação por mais um mês. Quem for obrigado a declarar e não cumprir o prazo estará sujeito a multa de, no mínimo, R$ 165,74 e, no máximo, 20% do imposto devido. Entre outros requisitos, é obrigado a declarar o IRPF quem recebeu rendimentos tributáveis acima do limite de R$ 28.559,70 ou teve rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte, acima do limite de R$ 40 mil.

Também precisa fazer a declaração quem teve posse ou propriedade, em 31 de dezembro de 2021, de bens ou direitos, inclusive terra nua, acima do limite de R$ 300 mil. Igualmente, tem compromisso com o Fisco quem, na área rural, obteve receita bruta anual decorrente de atividade em valor acima do limite de R$ 142.798,50.

O Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul lembra que todos os contribuintes pessoa física que declaram o Imposto de Renda no modelo completo podem destinar até 6% do imposto devido, sendo 3% para o Fundo da Criança e do Adolescente e 3% para o Fundo do Idoso do Estado ou dos municípios. Esses recursos serão destinados para projetos sociais que colaboram para melhorar a qualidade de vida das populações menos favorecidas. O Conselho realiza a campanha Imposto Solidário, que busca mobilizar a classe contábil a estimular e incentivar os contribuintes a destinarem parte do seu IR para projetos sociais dos respectivos municípios e Estado, de modo que os recursos sejam aplicados no Rio Grande do Sul. De acordo com o conselheiro Célio Affeldt, por meio de um gesto simples e sem custo esses valores são mantidos nos municípios, "gerando desenvolvimento por meio da qualificação da rede de entidades de assistência social."

Site:
https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/index.jsp?serviceCode=login&edicao=10341

Boas práticas ASG/ESG e o Imposto de Renda (Artigo)

Bruno Feldman e Cláudio Sá LeitãoSócios da Sá Leitão Auditores e Consultores

As boas práticas ambientais, sociais e de governança (ASG), cuja abreviatura em inglês "ESG"(Environmental, Social e Governança), vem sendo adotadas, por qualquer tipo de sociedade, com o objetivo de melhorar o desempenho dos seus negócios, de modo a proporcionar o crescimento sustentável, possibilitando a construção de um futuro mais equilibrado e justo para todos.

Nesse sentido, os contribuintes pessoas físicas podem, na hora de fazer a declaração de imposto de renda (DIRPF), cujo prazo de entrega é até 31.05.2022, destinar parte do valor do IR a Pagar em projetos sociais. É uma oportunidade para o contribuinte pessoa física praticar o "S", da sigla ASG/ESG. Ao invés de recolher, ao cofre da **Receita Federal do Brasil** (RFB), o IR integral, o contribuinte pode destinar parte desse recurso para as organizações sociais que ajudam as crianças, adolescentes ou idosos carentes.

As duas exigências básicas da **RFB** para que os contribuintes, pessoas físicas, efetuem essas doações filantrópicas são: A DIRPF deve ser efetuada pelo modelo completo e, também, ser respeitado o limite de destinação para causas sociais de até 3% do IR a Pagar para o Fundo da Criança e os outros 3% para o Fundo do Idoso. Por sua vez, para os contribuintes pessoas jurídicas, o limite da doação para dedução do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) é de 1% do total do IR devido (15%), para as doações efetuadas aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, ao Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e ao Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD), desde que sejam adotadas a sistemática de apuração de resultado pelo Lucro Real Trimestral ou Anual e atendidos aos demais dispositivos legais em vigor. Nesse caso, a dedução do IR precisa ser feita no decorrer do ano, no mesmo período em que foi realizada a doação dedutível.

Para quem tem o IR a pagar, a doação é descontada do valor a ser recolhido. Por meio dos recursos das doações, as instituições socias desenvolvem inúmeros projetos nas escolas, nas comunidades, nas associações etc. Atualmente as grandes corporações/grupos econômicos empresariais destinam parte do seu IR a pagar para fazer as suas doações, destinando esses recursos em instituições previamente selecionadas e distribuídos em projetos aprovados por órgãos educacionais, sociais e de saúde.

Além dessa contribuição, as pessoas jurídicas doadoras, incentivam, também, os seus executivos, na forma de pessoa física, a fazerem a destinação do IR a pagar na DIRPF, naqueles projetos selecionados. Por ser um processo simples, de se fazer a doação e de não onerar o bolso do contribuinte, é que muitas pessoas físicas e jurídicas estão aderindo na adoção das práticas ASG/ESG, visando contribuir para a causa social.

Bruno Feldman e Cláudio Sá Leitão Sócios da Sá Leitão Auditores e Consultores

Site:
http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/opiniao/2022/05/boas-praticas-asg-esg-e-o-imposto-de-renda.html

Saiba o que fazer para não cair na malha fina

O prazo final para a entrega da declaração do Imposto de Renda 2022 está se aproximando. AReceita Federal prorrogou a data limite para que contribuintes prestem contas ao Fisco, o último dia para preencher a declaração é 31 de maio. Os declarantes, porém, precisam ter atenção nas informações prestadas para evitar cair na malha fina e ter problemas com a **Receita Federal**.

De acordo com a Receita, só no ano passado mais de 860 mil declarações foram retidas em malha por omissão de rendimentos - esse número equivale a 2,4% do total de contribuintes que prestaram contas ao órgão. Alguns erros ou divergências de informações podem fazer com que o SENAI ontribuinte caia na malha fiscal e tenham problemas ao prestar contas ao Fisco.

-AReceita tem acesso ain-formações como informes disponibilizados pelas fontes pagadoras de rendimentos, informes das operadoras de saúde, informações constantes dos cartórios de registros de imóveis, Secretaria da Fazenda e outras - Explica a advogada Vanessa Cardoso, soda da área tributária do Sfera Law.

Quando acontece o cruzamento de informações realizado pela **Receita Federal**, o qual identifica inconsistências ou divergêndas entre as informações reportadas pelos contribuintes nas respectivas declarações de imposto de renda e aquelas constantes das bases de dados que a Receita, o contribuinte poderá ficar retido no pente fino do leão.

Já entregaram a dedaração, até ontem, 20 milhões de brasileiros. A expectativa do órgão é de que 34,1 milhões de dda-dãos enviem o documento até o último dia de maio. Mas é importante atentar para algumas regras básicas para evitar ter dor de cabeça. Confira ao lado, x

Site: https://extra-globo.pressreader.com/extra/20220517/page/1

Receita alerta para golpe no IR

Com a proximidade do prazo final para a entrega da declaração de Imposto de Renda Pessoa Física, a **Receita Federal** alerta os contribuintes sobre a prática de um novo golpe contra as pessoas em processo de declaração do imposto. Os criminosos estão se passando pelo órgão para lesar as pessoas que estão prestando contas ao Fisco.

O órgão lembra que é preciso ter cuidado com e-mails, usados para a prática do golpe. Os criminosos enviam e-mails tentando convencer os contribuintes a confirmar um falso cadastro para recebimento da restituição do IRPF.

Na mensagem, que contém um link malicioso para visualização de um falso comprovante de recebimento da restituição, os criminosos informam os dados para recebimento da restituição via Pix. Não há dados sobre o número de pessoas que receberam email falso e sobre quem foi lesado.

BREVE para o País, uma vez que fornecerá também mais precisão em processo de controle à distância. Segundo Marquez, estes novos produtos serão instalados a partir da demanda de cada cliente, que poderá adquirir a conectividade com redundância de rede e estarão disponíveis tanto nas localidades com fibra já passada pela V.tal, quanto naquelas onde houver necessidade de cabeamento.

Abrangência e estratégia Com uma rede de cerca de 400 mil km de fibra ótica em 2.300 cidades em todo território nacional, a V.tal considera ter um papel essencial e estratégico na aceleração da implantação do 5G no País. "A capilaridade, robustez e qualidade da nossa rede será fundamental para o 5G acontecer. Já estamos em negociação com algumas empresas e com pilotos das duas novas soluções rodando praticamente em todas as regiões do Brasil", afirma Rafael Marquez, diretor de Marketing da V.tal.

A tecnologia 5G vem acompanhada de uma grande demanda de fluxos de dados em alta velocidade que, por sua vez, exige o suporte de uma rede robusta de fibra ótica para sustentar o tráfego.

Atualmente, a V.tal já conecta cerca de 20% de todas as mais de 96 mil antenas de todo o País em atividade, segundo dados da Anatel de dezembro de 2021.

DIVULGAÇÃO

Site: https://www.folhape.com.br/edicao-impressa/2117/17-05-2022/

Legalização dos jogos - ESPLANADA

Walmor Parente (interino)

Enquanto o projeto que legaliza os jogos de azar aguarda votação no Senado Federal, uma pesquisa realizada pelo instituto da Casa (DataSenado) revela que 58% dos internautas são favoráveis à liberação de cassinos, bingos, jogo do bicho e apostas esportivas. Na avaliação dos cidadãos que participaram da enquete - que contou com 806 participantes e ficou disponível no Portal do DataSenado de 07 de março a 02 de maio de 2022 -, a exploração de jogos teria efeito positivo na arrecadação de **impostos** no Brasil. A grande maioria (61%) acredita que aumentaria a receita tributária brasileira.

Empregos

Para 57% dos participantes, conforme a pesquisa, a exploração dos jogos de azar por resorts terá como consequência o aumento dos empregos.

Turismo

Quando questionados se a liberação dos jogos seria positivo para o crescimento do turismo no Brasil, 58% disseram acreditar que "s i m" e 40%, "n ão".

Tom

Ciro Gomes (PDT-CE) não esconde a irritação com a ala do partido que tem se aproximado do ex-presidente Lula.

Em resposta, elevará o tom de críticas aos governos petistas. Já iniciou alardeando que Lula e Bolsonaro são "farinha do mesmo saco".

FNDE

Depois do escândalo envolvendo o suposto favorecimento de pastores com verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), deputados da Comissão de Educação entregaram ao ministro Victor Godoy um projeto para tornar mais rígidas as regras de transparência do órgão.

Sabatina

Na proposta de alteração da Lei de Constituição do FNDE, os deputados Professor Israel Batista (PSB-DF), Bira do Pindaré (MA) e Tabata Amaral (PSB-SP) definem "como fundamental que os cotados para assumir a diretoria ou a presidência tenham conhecimentos compatíveis com o cargo". Prevê também a realização de sabatina para esses cargos e a aprovação dos nomes pelo Senado Federa l.

Revoada

Reflexo da autofagia, o PSDB vê quadros históricos embarcando na pré-campanha do ex-presidente Lula. Alckmin voou para o PSB e será vice do petista. Outros nomes, como o ex-chanceler Aloysio Nunes, podem até ocupar uma pasta na Esplanada após verbalizar que vai apoiar - quem diria - Lula no 1º turno.

Extradição

A Embaixada do Brasil em Portugal, por meio da Procuradoria-Geral da República, formalizou o pedido de extradição de Nelma Kodama - doleira da Lava Jato acusada de ser integrante de uma quadrilha de tráfico internacional de drogas. Ela foi presa em um hotel de luxo em Portugal no âmbito da Operação Descobrimento, deflagrada pela Polícia Federal.

Delay

A Advocacia-Geral da União (AGU) obteve a condenação por improbidade administrativa de sete pessoas que fraudaram benefícios previdenciários em Foz do Iguaçu (PR). A quadrilha, formada por ex-servidores do **INSS** e agenciadores, terá que ressarcir aos cofres públicos mais de R$ 1,7 milhão. A punição veio com 17 anos de atraso, já que o grupo foi descoberto em 2005 pela Operação Quati, deflagrada pela Polícia Federa l.

Desmonte

Parlamentares que visitaram Roraima na última semana para averiguar denúncias de violência contra indígenas concluíram o seguinte: a total desarticulação das ações em defesa dos povos ianomâmi. E que o Governo não tem interesse em sanar conflitos em terras indígenas, tampouco garantir a proteção aos povos originários. As conclusões da diligência serão compiladas num relatório.

Golpe

O jornalista Matheus Leitão teve seus dados roubados por um golpista que usou sua foto em um número de celular do Rio de Janeio para pedir dinheiro. O criminoso teve acesso à agenda de Matheus e

mandou mensagem até pra mãe, a jornalista Miriam Leitão, avisando do "novo" chip.

Campanha$

O Brasil é o país que possui o maior gasto anual de dinheiro público com campanhas eleitorais e partidos. No total são gastos mais de US$ 789 milhões por ano. É o que revela um estudo divulgado pela plataforma CupomValido.com.br com dados do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), World Bank e TSE.

Aquecido

O mais recente relatório do Wimoveis, portal imobiliário do Distrito Federal, mostra que, em março, o valor dos imóveis em Brasília continou em alta, seja para alugar ou comprar. O preço médio mensal do aluguel no DF fechou em R$ 2.770,00 - subindo 0,3% no mês.

ESPLANADEIRA

Deputado federal Gustavo Fruet lança dia 19 livro "Traves s i a", no Museu Guido Viaro, em Curitiba. # Maqfiltros ganha contrato para tratamento de água e esgoto do Reserva Trancoso-Itapororoca, na Bahia.

Rede de escolas de oratória, Vox2you, planeja abrir 10 novas franquias em Minas Gerais, em 2022. # OAB Minas lança dia 30 "Carta de princípios sobre o combate às fake news e às práticas de desinformação na era da pós-verdade". # Grupo Huntington anuncia aquisição da FertilCare.

Site: https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp_site/issue-ae0de04da95f06c3c85934ea84bcccc0.pdf

Um superávit enganoso (Editorial)

Em março, pelo quinto mês consecutivo, o setor público consolidado (governo central, Estados, municípios e estatais, com exceção de Petrobras e Eletrobras) registrou superávit primário. Esse resultado é a diferença entre receitas e despesas públicas, antes do pagamento de juros, por isso é um importante indicador da capacidade do setor público de administrar adequadamente sua dívida. Em valores, o superávit primário de março alcançou R$ 4,312 bilhões, maior do que o de fevereiro (R$ 3,471 bilhões) e menor do que o de março de 2021 (R$ 4,981 bilhões).

Também no resultado acumulado de 12 meses o quadro aparenta situação muito confortável das finanças públicas. O superávit primário de R$ 122,758 bilhões acumulado em 12 meses até março corresponde 1,37% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

Sob esses números há, porém, algumas indicações no mínimo incômodas sobre a trajetória das contas públicas e suas perspectivas para os próximos meses.

A decomposição dos resultados por níveis de governo, por exemplo, mostra uma clara diferença entre a evolução das finanças do governo central (Tesouro Nacional, Banco Central e **INSS**) e a das contas dos Estados e municípios.

Se fossem computados apenas os dados do governo central, o resultado seria um déficit primário de R$ 7,811 bilhões apenas em março; ou de R$ 10,022 bilhões no acumulado de 12 meses. Estes são números que comprovam o desequilíbrio das contas do governo central. O resultado consolidado (de todos os níveis de governo) tem sido positivo por causa do desempenho excepcional das contas dos Estados e municípios (superávit primário de R$ 11,882 bilhões em março e de R$ 123,330 bilhões em 12 meses).

A política fiscal do governo do presidente Jair Bolsonaro, se tem alguma identidade, é seu caráter errático.

Para beneficiar setores da economia ou grupos sociais de estrito interesse político-eleitoral do presidente, **impostos** têm sido reduzidos (ou aumentados, quando se trata de onerar eventuais adversários ou por erro de cálculo) nem sempre com a devida projeção sobre o impacto fiscal da medida no futuro.

Benefícios bancados com recursos do Tesouro igualmente têm sido distribuídos para determinados segmentos empresariais ou grupos sociais escolhidos sempre com objetivos eleitorais.

O mais grave, porém, é o fato de que o desequilíbrio fiscal que os resultados do governo central tornam óbvio tem componentes duradouros, como o crescimento real constante de uma grande parcela das despesas, cujo peso tem crescido ao longo do tempo. Sem medidas profundas de reforma da estrutura de gastos, o que implica custo político elevado, essa tendência poderá, no máximo, ser mitigada, mas não eliminada.

Conjunturalmente, a **inflação** tem contribuído para dar alguma cor inspiradora nas receitas do governo central, mas a mesma **inflação**, também por exigir uma política monetária mais dura, acabará por dificultar a atividade econômica. Investimentos e consumo podem ser desestimulados. A receita pode parar de crescer e o custo da dívida pública subirá.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Três mil no Estado têm de de devolver dinheiro ao INSS

Vinícius Guidoni

Vinícius Guidoni

Pelo menos três mil capixabas vão ter de devolver alguma quantia ao Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), por conta da chamada tutela antecipada.

O que acontece é que, quando o segurado entra com algum pedido de benefício, seja aposentadoria ou outro tipo de modalidade, o juiz pode dar causa ganha ao solicitante, que já passa a receber imediatamente o benefício pedido.

No entanto, o **INSS** pode recorrer da decisão e, conseguindo reverter a situação, o segurado tem de ressarcir o órgão com o que já havia recebido enquanto o processo tramitava na Justiça.

Ainda assim, antes do segurado ter de pagar o dinheiro devido ao **INSS**, é feito uma pesquisa para saber se ele tem condições de quitar a dívida que se formou.

"O pagamento ainda pode ser parcelado. Se não pagar, vira dívida para o **INSS**. Mas se a pessoa não tem patrimônio para pagar a dívida o **INSS** não recebe", ressaltou o advogado previdenciarista Christovam Ramos.

Várias ações podem se sagrar vencedoras em ações judiciais, mas uma vez perdida após recurso, a pessoa pode ser condenada a devolver a verba.

Isso acontece quando o juiz julga improcedente e cassa a liminar quando provado que o beneficiário não tinha o direito de receber esse dinheiro, segundo o advogado especialista em Previdência Eduardo Sarlo. Além disso, caso o segurado já receba algum beneficio, o **INSS** pode descontar do pagamento mensal até 30%.

O advogado especialista em Direito Público Sandro Câmara, explica ainda que o valor a ser devolvido tem de ser corrigido.

"Causa de fato um transtorno. Isso faz com que a pessoa no final do processo tenha de devolver o dinheiro recebido antecipadamente e devolver corrigidamente, por meio de um procedimento de cobrança judicial", explicou o especialista.

PRÉDIOS DO **INSS** em Vitória: órgão tem de ser ressarcido por beneficiários após vitória de recurso na Justiça

SAIBA MAIS

Negociação para quitar dívida

Capixabas reembolsam **INSS**

PELO MENOS três mil capixabas devem ter que devolver alguma quantia ao Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

ISSO OCORRE após o pedido para algum benefício pelo segurado ser aceito na Justiça, mas o **INSS** recorre e ganha em definitivo.

ACONTECE QUE, quando o juiz autoriza o pagamento ao segurado, de imediato ele já passa a receber do **INSS**. No entanto, se o recurso do instituto for aceito posteriormente, o

beneficiário tem de pagar a quantia que recebeu desde o início.

PARA QUE a devolução seja feita, uma pesquisa é realizada para verse o segurado tem patrimônio e condições para ressarcir o **INSS**.

CASO SEJA constatado que o segurado não tenha condições, o **INSS** arca com a dívida.

SE 0 SEGURADO recebe outro benefício, o **INSS** pode negociar e descontar até 30% do pagamento por mês.

Fontes: Christovam Ramos, advogado.

Segurados do INSS terão de devolver tutela antecipada de benefícios, decide o STJ

São Paulo - Os segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) que receberam valores antecipados de benefícios por meio de tutela terão de devolver o montante caso percam o processo, segundo decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Em julgamento no último dia 11, os ministros definiram tese para o tema repetitivo 692. A decisão tomada valerá para todos os processos do tipo que envolvam discussões sobre benefícios previdenciários, por incapacidade e assistenciais, dos regimes geral e próprio de estados, municípios e Distrito Federal.

Segundo o advogado Fernando Gonçalves Dias, que fez a defesa dos segurados no julgamento, há apenas uma exceção que permitirá ao segurado não devolver o dinheiro, caso o trabalhador receba a antecipação em ação sobre a qual já haja jurisprudência firmada. Se essa jurisprudência cair e a nova decisão for contrária ao que o beneficiário já havia conquistado, não será necessária devolução.

Pela regra, o **INSS** poderá cobrar até 30% por mês dos segurados que perdem o processo, incluindo casos que discutiam benefícios assisten-ciais como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a idosos carentes e pessoas com deficiência que comprovem estar em situação de vulnerabilidade. Nestes casos, o segurado recebe apenas um salário mínimo, hoje em R$ 1.212.

Dias afirma que irá recorrer. "A decisão vai fazer com que centenas de milhares de pessoas venham a receber menos de um salário mínimo no país. Porque a maioria tem empréstimo consignado e o limite é de 35% hoje. Uma pessoa com um salário mínimo que tenha um consignado já recebe menos, em torno de R$ 800. A Previdência vai poder consignar mais 30%, mas sobre os R$ 1.212. Essa pessoa vai receber em torno de R$ 460 por mês, por muitos anos", calcula.

O tema 692 foi julgado no STJ em 2014, segundo o advogado, mas uma decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em um outro tema, de número 709, entendia que valores recebidos de boa-fé pelo segurado não precisavam ser devolvidos.

Com a definição do Supremo, juízes de todo o País passaram a seguir a Corte, fazendo com que o segurado não precisasse devolver o dinheiro ao **INSS** caso perdessem a ação. Como haviam recursos, o caso chegou novamente ao STJ.

Para a advogada Adriane Bramante, presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), a decisão vai contra posicionamento do Supremo, prejudicando os segurados. Segundo ela, havia uma tese firmada anteriormente pelo STJ, mas a questão estava em fase de revisão, com a intenção de saber se os benefícios assistenciais ou por incapacidade ficariam de fora.

"A tese fixada agora manteve a decisão anterior, reafirmando a necessidade de devolução, mesmo em benefícios assistenciais. Ainda limitou o valor a 30% do benefício", diz Adriane.

Cuidados - Entre os cuidados que o segurado deve ter ao entrar na Justiça está o de saber exatamente em que casos a tutela antecipada deve ser solicitada, afirma o advogado Roberto de Carvalho Santos, presidente do Instituto de Estudos Previdenciários (Ieprev).

"A tutela deve ser pedida em casos em que já haja jurisprudência dominante em um recurso repetitivo, em um tema já julgado no STJ, STF ou na TNU, ou seja, em casos nos quais já há um precedente, que já estejam definidos nas instâncias superiores", explica.

Ele afirma que cada vez mais há uma limitação quanto ao segurado entrar no Juizado Especial Federal, onde pode ingressar com ação sem advogado. "O risco de a pessoa perder a ação e ainda por cima ter de devolver o dinheiro fica muito maior agora", alerta.

Em 2021, no julgamento dos embargos do tema 709, o STF decidiu que o aposentado especial que voltou à atividade em área nociva não precisa devolver os valores já pagos pelo **INSS**. O entendimento, na ocasião, também se aplicou a quem recebe aposentadoria por meio de tutela antecipada. (Folhapress)

Semana do MEI oferta oficinas, seminários e palestras de graça

Irlaine Nóbrega

A 13a edição Semana do Microem-preendedor Individual (MEI), promovida pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), deu início ontem e será realizada até esta sexta-feira (20). Este ano, a iniciativa conta com uma programação gratuita com palestras, seminários e oficinas de capacitação, além do atendimento especializado ao público. O evento é a primeira programação voltada para a categoria após o início da flexibilização das medidas contra a Covid-19 e será realizada de forma híbrida no Pará -presencial, com 73 pontos de atendimento, e on-line. Atualmente, quase 300 mil microempreendedores individuais atuam no Pará, onde se destacam os segmentos de comércio varejista, cabeleireiros, confecção e restaurante. Desse total, mais de 146 mil encon-tram-se na Grande Belém.

De acordo com o diretor-superintendente do Sebrae no Pará, Rubens Magno, ainda assim há um grande número de trabalhadores que exercem atividades na informalidade e, por isso, a ideia da ação é proporcionar a formalização desses profissionais e apresentar o que tem de mais atual no mercado para os atuais microempreendedores. "A gente dedica essa semana para incentivar as pessoas que estão na informalidade a se formalizarem e os que já estão formalizados a terem cada vez mais a capacitação. A gente dedica uma semana de capacitação, um dia com cada tema para falar um pouco sobre a realidade do mercado, mas, principalmente, para fazer com que as pessoas se apropriem dessa questão de serem empresários formalizados. Quando você se formaliza você consegue cuidar, por exemplo, da sua **Previdência Social**, da aposentadoria, fora o leque de abertura de vendas porque você pode, por exemplo, fazer vendas para governos, seja qual for a esfera e compras de empresas grandes que solicitam que você tenha CNPJ", esclarece.

trabalham como MEI, assim como para os demais que pretendem se regularizar junto ao Sebrae. "Vão ter as aberturas do cadastro do MEI, todo o processo do imposto de renda do pequeno empreendedor, regularização dos que estão irregulares, a gente tira os boletos que estiverem atrasados e atuais e ensina a tirar esses boletos, a gente faz criação de logomar-ca, todo o processo de plano de negócios, e agente agenda consultorias para que ele possa receber no seu local de trabalho. A principal vantagem é que é tudo gratuito para incentivar as pessoas conhecerem o Sebrae e saberem que não tem uma forma melhor delas fazerem o crescimento da sua empresa acontecer que não seja de maneira concentrada no que vai fazer", afirma Rubens Magno.

POSTOS

Para realizar os atendimentos presenciais foram disponibilizados 73 pontos de atendimento do Sebrae em todo o estado, presente nos municípios de Redenção, Santarém, Capanema, Paragominas, Marabá, Pa-rauapebas, Castanhal, Breves, Soure, Região Metropolitana de Belém, Itaitu-ba, Abaetetuba e Altami-ra. Já o atendimento on-li-ne pode ser feito no portal do Sebrae (www.pa.se-brae.com.br), onde um banner com todas as informações do evento pode ser visualizado logo no início da página. Em caso de dificuldade com o atendimento digital, o site ainda dispõe de um atendimento híbrido com um atendente humano.

Trabalhadores enumeram as vantagens e benefícios

Em Belém, o atendimento aos MEI é realizado na sede do Sebrae, localizada na rua Municipalidade, no bairro do Umarizal. A autônoma Cristina Pantoj a, 52, trabalha na área de confecção feminina há seis anos. Ela recorreu ao cadastro como MEI junto ao Sebrae, em 2016, para formalizar a profissão como microempreendedora, momento em que ficou desempregada. Ontem, ela estava presente no primeiro dia de ações da Semana do MEI 2022.

"Eu me enquadrei muito bem no ramo de confecções femininas desde quando eu fiquei desempregada. Hoje eu vim resolver o meu problema, regularizar a questão do meu MEI que está atrasado há dois meses. Eu ainda vou verificar quais são os cursos para fazer, vou aproveitar que já estou aqui para ver quais são essas capacitações disponíveis. Tem muita vantagem de participar da Semana do MEI porque, por exemplo, eu vim esclarecer um bocado de dúvidas que eu ainda tenho", afirmou.

Alcireni Lopes, 38, trabalha com venda de roupas e também foi a um ponto de atendimento do Sebrae, em Belém, para sanar as pendências em relação ao

cadastro como MEI. O MEI tem sido muito produtivo para mim que trabalho com venda de roupas e está me beneficiando bastante. Antes eu trabalhava nesse ramo, mas ainda não tinha o MEI e agora ficou bem melhor a minha situação. Hoj e eu vim pegar um certificado, um boleto e o faturamento. Aqui foi rápido o atendimento, foi excelente e consegui resolver minhas coisas".

SERVIÇO

O QUE É MEI?

O MEI é uma iniciativa criada ainda em2009 com o objetivo de tirar os profissionais autônomos e pequenos empreendedores da informalidade. Ao realizar o cadastro, o profissional tem obrigações e direitos de uma Pessoa Jurídica (PJ) e, por isso, passa a possuir um CNPJ próprio, além da possibilidade de emitir notas fiscais e ter o acesso a **Previdência Social**. Para se tornar MEl, o faturamento anual da empresa deve ser de R$81 mil.

Para mais informações sobre a Semana do MEI 2022, acesse o site do Sebrae: www.sebrae.com.br.

Site: https://dol.com.br/digital/Page?editionId=2113

Imposto de Renda 2022: Faltam duas semanas para o fim do prazo de entrega

Colaboração para o UOL, de São Paulo

Você só tem mais duas semanas para preencher e entregar o Imposto de Renda 2022. O documento deve ser enviado até as 23h59 do dia 31 de maio. Originalmente, o prazo era até 29 de abril, mas a **Receita Federal** decidiu prorrogá-lo. Não deixe para a última hora, pois os sistemas da Receita podem travar devido ao excesso de declarações.

Veja nesta matéria como organizar a papelada para facilitar o preenchimento da declaração e se livrar logo dessa obrigação. Além disso, se por acaso você perceber a falta de alguma informação ou documento, ainda dá tempo para correr atrás dos dados antes do fim do prazo.

Nesta outra matéria , você encontra uma guia para ajudar no preenchimento do programa do Imposto de Renda, explicando quais informações devem ser colocadas em cada ficha da declaração.

O programa oficial para preenchimento da declaração já está disponível.

Veja aqui como baixar o programa do IR 2022 no seu computador ou celular.

Se você fez declaração de Imposto de Renda no ano passado, provavelmente deve ter uma cópia do arquivo salva no computador ou uma versão impressa. Esse arquivo vai agilizar o preenchimento de diversos campos da declaração de 2022, especialmente a relação de bens.

Se você não lembra onde salvou o arquivo ou perdeu a declaração, pode pedir uma cópia à **Receita Federal** .

Se você for declarar IR pela primeira vez, vai precisar dos números do seu CPF (Cadastro de Pessoa Física) e do seu título de eleitor, além dos dados residenciais e da sua profissão. Se a declaração for feita em conjunto com seu cônjuge, o programa também vai pedir o CPF dele.

Caso você tenha dependentes ou alimentandos , precisará informar os CPFs de todos eles na declaração, inclusive das crianças. Bebês nascidos a partir de 2017 possuem o número do CPF informado na Certidão de Nascimento.

Se algum dos seus dependentes ainda não possui o CPF, você pode solicitar o documento diretamente no site da **Receita Federal** ou em qualquer cartório de registro civil, agências do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal ou dos Correios.

As empresas já enviaram aos seus funcionários o comprovante com os rendimentos de 2021. Nesse documento estão informados quanto você recebeu de salário , quanto pagou de IR na fonte e de **INSS**. Se você ainda não recebeu, procure o RH da empresa.

O informe ainda pode trazer outros detalhes, como gastos com o plano de saúde ou aplicações no plano de previdência, quando esses benefícios são oferecidos pela empresa.

Você também vai precisar dos comprovantes de rendimentos do seu cônjuge e dos seus dependentes, caso eles trabalhem e façam a declaração de IR em conjunto com você.

Se você foi demitido ou trocou de emprego em 2021, procure a papelada da rescisão, os comprovantes de recebimento do FGTS e do seguro-desemprego. Peça ao RH da empresa antiga para enviar o comprovante de rendimentos do período que você ainda estava lá.

Se você recebe aposentadoria ou pensão pelo **INSS**, não esqueça de baixar o comprovante dos rendimentos no site da Previdência a partir do fim de fevereiro. É preciso ter senha de acesso aos sites do governo (.gov.br) para conseguir o documento.

Todas as suas informações financeiras, como saldos em contas correntes, poupança e quanto renderam seus investimentos em 2021 serão detalhadas no informe de rendimentos fornecido pelo banco.

Se você tem conta ou investimentos em mais de um banco, é preciso pegar os informes de todas as instituições. A maioria delas disponibiliza o documento pela internet.

Isso também vale para quem tem investimentos no Tesouro Direto ou em ações . Peça o documento no banco ou corretora onde você fez a compra dos papéis.

Se você contribui para um plano de previdência privada (PGBL/VGBL) ou fundo de pensão, ou se já está recebendo benefício, a instituição que administra o plano também deverá enviar um comprovante com os valores pagos ou recebidos por você no ano passado.

As despesas com médicos, dentistas e outros profissionais de saúde, exames, internações e planos de saúde podem ser deduzidas integralmente no Imposto de Renda, mas precisam estar bem organizadas. Você deve guardar os papéis por no mínimo cinco anos, caso a **Receita Federal** resolva comprovar a veracidade das informações.

Separe todos os recibos, notas fiscais e boletos de despesas pagas ao longo do ano passado. Confira se os papéis discriminam o nome do prestador, endereço, o serviço prestado, valor, CPF ou CNPJ de quem prestou o serviço, além do seu nome completo e CPF. Caso a despesa tenha sido feita por seu dependente ou alimentando, o nome e CPF dele devem aparecer no documento.

Fique atento aos reembolsos de consultas e exames feitos pelo plano de saúde. Esses valores devem ser deduzidos das despesas médicas efetivamente pagas por você. Apenas a diferença entre o valor que você pagou e o que foi reembolsado pelo plano pode ser usado para dedução do Imposto de Renda. Peça um informe detalhado à operadora do plano.

O tema é uma dúvida recorrente dos contribuintes. A **Receita Federal** só aceita a dedução de despesas com escolas de ensino infantil (creches, pré-escolas), fundamental, médio, superior, pós-graduação ou curso técnico.

Não vale lançar gastos com cursos extracurriculares, como inglês ou balé, nem com cursinhos preparatórios para a faculdade ou concursos públicos.

Despesas com compra de livros, cadernos, uniforme ou qualquer outro material escolar também não são aceitas . Despesas com lanches ou com alimentação que não estejam incluídas na mensalidade da escola também não são dedutíveis.

Junte os boletos ou recibos de pagamento, que devem trazer o nome da escola e o CNPJ, além do nome do aluno. Além das suas despesas com educação, você também pode abater os gastos com ensino dos seus dependentes e alimentandos .

Você vendeu ou comprou um carro , moto, casa, apartamento ou qualquer outro bem no ano passado? Então busque o contrato, escritura, nota fiscal ou recibo e anote as informações principais, como nome e CPF/CNPJ de quem comprou ou vendeu, se o negócio foi pago à vista, a prazo ou financiado.

No caso de financiamento, anote também o nome banco, número do contrato, o montante financiado, número e valor das prestações, além do valor de entrada. Todos esses detalhes deverão ser descritos na declaração de bens.

Se houve lucro na venda de imóvel, carro ou outro bem, você precisa preencher o programa de Ganhos de Capital referente a 2021 (GCAP 2021), disponível no site da **Receita Federal** , e depois transportar as informações para o programa do IR 2022.

Porém, você já pode estar devendo à Receita , porque o imposto sobre ganho de capital deve ser recolhido no mês seguinte à venda do bem. Se a venda ocorreu em maio de 2021, por exemplo, o imposto deveria ter sido pago até junho.

Mas há algumas exceções, como usar todo o dinheiro da venda de um imóvel residencial para compra de outro no prazo de seis meses. Se o seu caso não se enquadra nas exceções e o programa GCAP acusou imposto a pagar, acerte a dívida o quanto antes para evitar multas maiores, além de correr o risco de ter sua declaração retida na malha fina.

Trabalhadores autônomos e as pessoas que recebem outras fontes de renda, como aluguel e pensão alimentícia, são obrigados a recolher mensalmente o Carnê-Leão , uma espécie de antecipação do Imposto de Renda do ano seguinte.

Se você recebeu alguma dessas fontes de renda ao longo do ano passado, mas não pagou o Carnê-Leão 2021, entre no site da Receita , siga as instruções de preenchimento e faça os pagamentos atrasados o quanto antes para evitar multas maiores e retenção da sua declaração na malha fina.

O programa do IR 2022 permite importar as informações lançadas no Carnê-Leão 2021, o que agiliza o preenchimento da declaração.

Há ainda alguns casos específicos que merecem atenção redobrada na hora de preencher a declaração do Imposto de Renda, como pagamentos de pensão alimentícia , doações, recebimento de heranças , contratação de empréstimos ou de consórcios de bens.

Se você realizou alguma dessas operações no ano passado, separe os documentos que detalham esses negócios para agilizar o preenchimento da declaração do IR 2022.

Site: https://economia.uol.com.br/imposto-de-renda/noticias/redacao/2022/05/17/imposto-de-renda-2022-faltam-duas-semanas-para-o-fim-do-prazo-de-entrega.htm

Fim do inferno tributário (Artigo)

Ernesto Lozardo

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) apresentada pelo senador Roberto Rocha (PTB-MA) institui uma nova sistemática de arrecadação de **tributos**, o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) Dual, que unificará e simplificará a base tributária de consumo dos **impostos** e contribuições sobre bens e serviços.

Nesse novo modelo, haverá dois **tributos**: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), unificando o PIS e a Cofins (da União); e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), juntando o ICMS e o ISS (dos Estados e municípios). O IPI, um imposto seletivo, tem caráter regulatório.

A alíquota do IVA Dual deverá ser única para todos os bens e serviços, mas a PEC 110/2019 prevê a possibilidade de regimes especiais, mediante lei complementar, para os serviços básicos de educação, saúde e alimentos.

Embora sejam previstos ganhos extraordinários na eficiência produtiva, na redução de custos e na transparência da arrecadação, cabe questionar: essa **reforma tributária** promoverá melhores condições de renda social e de desenvolvimento?

A alíquota única aplicável para todos os bens e serviços terá impacto distinto nas diferentes camadas sociais. Tendo em vista que os serviços hoje são subtributados (os mais ricos os consomem mais), a reforma terá um inegável efeito redistributivo.

Arrecadará mais sobre o consumo dos mais abastados e devolverá o dinheiro pago diretamente às famílias mais pobres.

A cobrança do imposto será no destino. Esse procedimento permitirá o desenvolvimento econômico das regiões mais pobres de maneira harmoniosa e sustentável. As áreas mais desenvolvidas terão perda na participação do bolo tributário, mas ela será compensada no período de transição federativa (arrecadação da origem para o destino).

A unificação e a simplificação tributária propiciarão mais investimentos privados, elevando a taxa de crescimento da renda por habitante e da empregabilidade da mão de obra.

Trata-se de uma reforma com o olhar para o futuro do País, embora especialistas apartados a considerem arcaica.

Estes sugerem uma estruturação sistêmica geral que englobe o imposto sobre a renda. Em face do inferno tributário que vivemos, tal medida não constituiria uma solução. No Brasil nunca ocorreu pacto tributário, mas o dissenso. A criação do IVA Dual consiste na **reforma tributária** ideal e decorre do consenso entre empresários, governantes e sociedade em relação ao realismo factível do relatório da PEC do senador Roberto Rocha. Concluindo, é preferível dar um passo seguro e conhecido na **reforma tributária** ao invés de optar por caprichos políticos desconhecidos globalmente.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Reforma tributária da PEC 110/19 promoverá melhores condições de renda social e de desenvolvimento?

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) apresentada pelo senador Roberto Rocha (PTB-MA) institui uma nova sistemática de arrecadação de **tributos**, o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) Dual, que unificará e simplificará a base tributária de consumo dos **impostos** e contribuições sobre bens e serviços.

Nesse novo modelo, haverá dois **tributos**: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), unificando o PIS e a Cofins (da União); e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), juntando o ICMS e o ISS (dos Estados e municípios). O IPI, um imposto seletivo, tem caráter regulatório. A alíquota do IVA Dual deverá ser única para todos os bens e serviços, mas a PEC 110/2019 prevê a possibilidade de regimes especiais, mediante lei complementar, para os serviços básicos de educação, saúde e alimentos.

Embora sejam previstos ganhos extraordinários na eficiência produtiva, na redução de custos e na transparência da arrecadação, cabe questionar: essa **reforma tributária** promoverá melhores condições de renda social e de desenvolvimento?

A alíquota única aplicável para todos os bens e serviços terá impacto distinto nas diferentes camadas sociais. Tendo em vista que os serviços hoje são subtributados (os mais ricos os consomem mais), a reforma terá um inegável efeito redistributivo. Arrecadará mais sobre o consumo dos mais abastados e devolverá o dinheiro pago diretamente às famílias mais pobres.

A cobrança do imposto será no destino. Esse procedimento permitirá o desenvolvimento econômico das regiões mais pobres de maneira harmoniosa e sustentável. As áreas mais desenvolvidas terão perda na participação do bolo tributário, mas ela será compensada no período de transição federativa (arrecadação da origem para o destino).

A unificação e a simplificação tributária propiciarão mais investimentos privados, elevando a taxa de crescimento da renda por habitante e da empregabilidade da mão de obra. Trata-se de uma reforma com o olhar para o futuro do País, embora especialistas apartados a considerem arcaica.

Estes sugerem uma estruturação sistêmica geral que englobe o imposto sobre a renda. Em face do inferno tributário que vivemos, tal medida não constituiria uma solução. No Brasil nunca ocorreu pacto tributário, mas o dissenso. A criação do IVA Dual consiste na **reforma tributária** ideal e decorre do consenso entre empresários, governantes e sociedade em relação ao realismo factível do relatório da PEC do senador Roberto Rocha. Concluindo, é preferível dar um passo seguro e conhecido na **reforma tributária** ao invés de optar por caprichos políticos desconhecidos globalmente.

*PROFESSOR DE ECONOMIA DA EAESP-FGV

In memoriam do amigo e economista Eduardo Guardia, falecido em 11/4/2022

Site: https://www.terra.com.br/economia/reforma-tributaria-da-pec-11019-promovera-melhores-condicoes-de-renda-social-e-de-desenvolvimento,418dfd40ab5dabd0c599a6c5793ec29e92u7mnj0.html

Ex-trabalhadora doméstica pode ser 1ª vice-presidente negra da Colômbia

Rute Pina

Pela primeira vez na história da Colômbia, uma mulher negra pode chegar ao Executivo e ser vice-presidente do país. Com reais chances de vitória, a advogada e ativista ambiental Francia Márquez está na chapa do senador de esquerda e ex-guerrilheiro Gustavo Petro, da coalizão Pacto Histórico e favorito em todas as pesquisas eleitorais.

A duas semanas do primeiro turno das eleições, que ocorrerá no dia 29 de maio, o líder da esquerda está à frente com 36,64% das intenções de voto em enquete eleitoral da empresa TySE, divulgada nesta segunda-feira (16). Seu rival, Federico Gutiérrez, da coalizão de direita Equipo por Colombia, tem 21,40%.

A elite política colombiana, que tradicionalmente governa o país, está em descrédito -o atual presidente, o conservador de Iván Duque, enfrentou uma onda de protestos no ano passado, inicialmente contra uma **reforma tributária**, que durou um mês.

Márquez, por outro lado, representa um ar fresco na política: a advogada de 40 anos é ativista ambiental e nasceu na comunidade de La Toma, de maioria negra, na cidade de Suárez, em Cauca, um dos estados mais pobres e com maiores índices de violência da Colômbia.

Em 2018, ela ganhou o Prêmio Goldman, conhecido como o Nobel do Meio Ambiente , por sua luta ambiental na região. Também foi representante legal do Conselho Comunitário de La Toma, entidade que exige a proteção dos territórios ancestrais negros da Colômbia. No ano seguinte, em 2019, a advogada foi alvo de um atentado com granadas e rajadas de fuzil em represália à sua militância.

Formada pela Universidade Santiago de Cali, Márquez trabalhou na adolescência como garimpeira na mineração de ouro - assim como seus pais. Depois, exerceu o ofício de trabalhadora doméstica para pagar seus estudos e sustentar sua família. Ela é mãe solo e tem dois filhos -teve o primeiro aos 16 anos.

Em discursos durante a campanha, Márquez afirmou que, em caso de vitória, vai trabalhar pelas mulheres, negros, indígenas, camponeses e pela população LGBTQIA+.

Márquez se tornou uma ativista aos 13 anos, quando começou uma mobilização, com sua comunidade, contra projetos do governo que alterariam o curso do rio Ovejas, um dos maiores e mais importantes da bacia hidrográfica da região.

Em 2014, esteve à frente de um movimento de mulheres que caminharam por dez dias de La Toma até Bogotá para pressionar o governo colombiano a interromper a mineração ilegal na região, que estava causando impactos negativos para a saúde, meio ambiente e comunidades do entorno. A atividade gerou mais de 30 toneladas de mercúrio despejadas nas águas desta região, poluindo uma área de 230 km.

O ativismo contra a mineração ilegal rendeu a Márquez o Prêmio Nacional de Defesa dos Direitos Humanos na Colômbia, em 2015. Três anos depois, ganhou o Prêmio Goldman. Em entrevista ao jornal colombiano El Tiempo , na ocasião em que recebeu a homenagem internacional, afirmou que estava convencida em seguir com seu trabalho social.

Não é um prêmio apenas para a Francia, mas para uma luta de toda a minha vida, para as mulheres que marcharam comigo, para a comunidade, para as pessoas que morreram defendendo a vida.

Após ser ameaçada de morte, ela saiu da região em que nasceu. Tive que me deslocar por enfrentar a mineração ilegal e por dizer a eles que parassem as máquinas. Tive que me esconder nas casas de outras pessoas e depois deixar meu território. Ainda estou em condição de deslocamento forçado e tenho um esquema de proteção com o qual também tive problemas devido a questões como combustível ou conserto de pneus , relatou, em 2018.

A Colômbia é o país mais perigoso para ativistas ambientais na América Latina e no mundo. Segundo o último relatório da Global Witness, organização inglesa que monitora todos os anos atos de violência contra esses líderes, 65 ativistas foram mortos no país em 2021, número que leva o país à liderança global de casos.

Em maio de 2019, Francia Márquez e um grupo de líderes sociais da Associação de Conselhos Comunitários do Norte de Cauca sofreram um

atentado em Santander de Quilichao, enquanto se preparavam para uma reunião com o governo.

De acordo com Francia, o grupo foi atacado com homens munidos de armas e granadas. Ela não ficou ferida. As investigações atribuíram o ataque a um adolescente de 17 anos.

Além do ativismo ambiental, a líder comunitária chamou a atenção por outro assunto: moda. Suas roupas e estilo são peça-chave nas suas aparições públicas e são usadas como maneira de passar uma mensagem.

A candidata à vice-presidência aparece nos palanques e debates com estampas africanas e cores fortes, reforçando suas raízes negras. Frequentemente, ela também é vista com tranças e usa pulseiras e acessórios que remetem às religiosidades afros, como búzios.

Em análise ao estilo da candidata, a pesquisadora de moda Jeniffer Varela afirmou ao jornal El Espectador que o estilo tem sido um grande acerto de Márquez: A identidade de Francia marca de onde ela é, uma mulher cujo lema de campanha é Sou porque somos . Ela também está mostrando quem é e que não precisa mudar por causa da campanha , analisou.

Muitas colombianas não somente se vestem como Francia Márquez como também já foram discriminadas ou não foram aceitas em diversos lugares por se vestir como ela.

Além de Márquez, quatro outros candidatos à vice-presidente da Colômbia são negros -ela é a única mulher negra no páreo. O fato inédito na história do país tem gerado também episódios de racismo. A Colômbia tem 50 milhões de habitantes e 9,3% da população se reconhecem com negros.

Ela recebeu diversas ofensas racistas nas redes sociais. A cantora colombiana Marbelle, por exemplo, que é branca, chamou a ativista de King Kong em uma publicação do Twitter.

Uma senadora de direita, María Fernanda Cabal, por sua vez, fez um comentário irônico em que dizia que Francia (que em espanhol é a mesma palavra usada para se tratar do país França) deveria ser coerente com sua trajetória contra o racismo e mudar seu nome, já que ele fazia referência a um país colonizador e escravocrata.

Além de ataques racistas, também foi alvo de campanhas de desinformação. Em março, por exemplo, a imagem de uma mulher usando um lenço do ELN (Exército de Libertação Nacional) foi atribuída à ativista, sugerindo que ela pertenceria à guerrilha. E aqui está Francia Márquez, ela não é tão inofensiva quanto algumas pessoas pensam , dizia uma das montagens.

Mesmo sob ataques, Márquez permanece como a revelação política desta campanha na Colômbia e tem assumido papel importante na reta final das eleições, já que Gustavo Petro, cabeça da chapa, foi ameaçado e deixou de participar de alguns eventos públicos no último mês.

Em entrevista publicada no domingo (15) ao jornal El Espectador , um dos principais da imprensa colombiana, Petro afirmou que a figura de sua candidata à vice está crescendo. Ela acumulou uma luta social, mas não era visível para a sociedade , disse.

Quanto mais visível se torna, mais simpatia acumula. Ela é uma figura em ascensão.

Petro, da coalizão de esquerda, se direcionou nos últimos anos mais ao centro. Márquez, por sua vez, tem trazido o candidato mais próximo da esquerda e das pautas feministas -inclusive, criticando abertamente o companheiro de chapa.

Em um debate presidencial, por exemplo, ele se esquivou em mostrar publicamente apoio ao aborto (direito que foi garantido no país recentemente), dizendo que pressionaria por programas de prevenção da gravidez que levariam o país ao aborto zero .

No mesmo palco que seu aliado, Márquez o questionou: Quantas mulheres terão que morrer, quantas mulheres terão que passar por essas situações dolorosas até chegar o aborto zero?

Site:
https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2022/05/17/pela-1-vez-mulher-negra-pode-ser-vice-da-colombia-quem-e-francia-marquez.htm

Transparência é obrigação (Editorial)

O Ministério da Saúde ampliou o prazo de sigilo sobre seus estoques, numa clara falta de sintonia com a transparência que deveria prevalecer no setor público. O segredo, em vigor desde 2018, acabaria em 2023, mas a pasta chefiada por Marcelo Queiroga se antecipou sob a alegação de que os dados referentes à quantidade de medicamentos em poder do Sistema Único de Saúde (SUS) podem ser usados pela indústria farmacêutica para especular com os preços. Ou seja, ampliar seus ganhos em cima do governo ao cobrar valores mais altos para suprir o que está em falta ou em baixo volume.

Mais de 70% de todos remédios comercializados no país são arrematados pelo SUS. Ao impedir a sociedade de saber como está a gestão desses produtos, se estão vencendo ou não, o ministério abre caminho para a corrupção e o desperdício. Vale lembrar que, ao longo da pandemia do novo coronavírus, descobriu-se uma série de perdas com medicamentos, vacinas e testes, entre outras mercadorias. Não só se rasgou dinheiro público, como se deixou de atender a contento a população. Tudo foi parar no lixo, quando deveria ter abastecido os hospitais.

O termo de classificação estendendo o sigilo sobre os estoques do Ministério da Saúde foi assinado pelo general aposentado Ridauto Fernandes, diretor de logística da pasta. E vai na linha do que se tornou rotina no governo: carimbar como segredo de Estado informações básicas por até 100 anos. A lista inclui, por exemplo, o cartão corporativo da Presidência da República e até um processo aberto pelo Exército para investigar a má conduta do general Eduardo Pazuello. Caberá ao próximo governo acabar com essa aberração.

Chama a atenção o fato de a onda de sigilos sobre informações que deveriam ser públicas ocorrer quando se comemora os 10 anos da Lei de Acesso à Informação (LAI), que foi aprovada pelo Congresso depois de uma década de debates. A burla à legislação se acentuou nos últimos três anos e meio, minando um importante pilar da estrutura da democracia, que é a transparência. Os cidadãos têm o direito de saber como estão sendo aplicados os recursos que eles pagam por meio de **impostos**. É dever de todos os governantes respeitar esse direito básico, não passar por cima dele.

É possível dizer que, com os retrocessos atuais, o quadro que se tem hoje é semelhante ao que se via antes da Lei de Acesso à Informação. Naquele período, era complicado saber como o Orçamento era gerido e como a sociedade estava sendo ludibriada. O mesmo se repete agora com o tal Orçamento secreto, em que, com o beneplácito do Palácio do Planalto, deputados e senadores repartem bilhões em verbas públicas sem que a população tenha a menor noção do que está sendo feito. O descaso com a transparência é tanto, que o Congresso se recusa a informar os dados ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Não se espantem se, mais à frente, informações como os salários dos servidores forem retirados do Portal da Transparência, passando a ser tarjados como sigilosos. Ou que as autoridades sejam desobrigadas de darem luz às suas agendas. A intenção daqueles que defendem os retrocessos é justamente se manterem nas sombras, sem serem incomodados. Os grandes perdedores, como sempre, serão os que mais precisam do poder público, os que vivem em situação de vulnerabilidade, os invisíveis. Jamais verão a cor do dinheiro que deveria lhes dar dignidade.

Imposto no tribunal (Editorial)

À base de voluntarismo, o governo Jair Bolsonaro (PL) reduziu por decreto o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre uma série de produtos. Também apoiou projeto aprovado no Congresso que modificou a cobrança do ICMS sobre combustíveis, com o objetivo de reduzir a tributação sobre óleo diesel, gasolina e etanol.

As medidas tornaram-se objeto de controvérsias, levadas à apreciação do Supremo Tribunal Federal. Liminares suspenderam o efeito mais polêmico da norma federal a respeito do IPI e decisões estaduais sobre o diesel.

As duas normas tentavam remediar -de modo circunstancial, se não eleitoreiro- problemas da conjuntura econômica agravados por uma carga tributária pesada.

Dada a complexidade do sistema de **impostos** e os interesses envolvidos, empresariais, federativos e políticos, decretos e regulamentações em questão acabaram judicializados. Em decorrência, aumenta a insegurança jurídica.

A intenção dos decretos do IPI era promover vendas da indústria e conter preços. Mas a redução de **impostos** e de preços ameaçaria a vantagem competitiva das empresas da Zona Franca de Manaus e, talvez, sua sobrevivência. Dado que a ZFM é assunto constitucional, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo, concedeu limitar suspendendo efeitos dos decretos.

Já o ICMS dos combustíveis, conforme o texto aprovado pelo Congresso, passa a ter alíquota fixa, em valor por litro uniforme em todos os estados -em vez de um percentual sobre preço, o que acentua os momentos de encarecimento.

A regra de transição previa uma alíquota que teria como base o valor do combustível nos 60 meses anteriores. Entretanto o conselho dos secretários estaduais da Fazenda editou norma para o diesel que contornava a imposição da lei e evitava uma perda maior de arrecadação. A manobra foi derrubada pelo ministro André Mendonça.

As motivações políticas das intervenções nos **impostos** são evidentes, dadas a revolta contra a **inflação** e a proximidade das eleições. Isso não quer dizer que elas tenham objetivos errados -a mudança do ICMS, em particular, faz sentido, enquanto o corte do IPI é mais problemático devido ao desequilíbrio orçamentário federal.

Os problemas se deram na execução precária. Por meio de providências imediatistas, tentou-se dar conta de mazelas de uma economia estagnada e distorções de um sistema tributário à espera de reforma faz ao menos um quarto de século, por acomodação politiqueira e interesses particularistas.

A confluência de atropelo e negligência costuma resultar em mais complexidade e judicialização. Foi o que ocorreu mais uma vez.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49914&anchor=6456047&pd=ddf2d036604c7b8872dbd7e07422ec00

Kim Jong-un aciona tropas após criticar resposta a surto de Covid

O ditador norte-coreano, Kim Jong-un, criticou duramente a resposta do país à pandemia de coronavírus e mobilizou o Exército para atuar na distribuição de medicamentos, afirmou nesta segunda-feira (16) a imprensa estatal, depois de revelar que 50 pessoas morreram no primeiro surto local de Covid-19.

Além dos óbitos, mais de um milhão de pessoas sofreram com o que Pyongyang chama de "febre", mesmo com os confinamentos **impostos** para frear a propagação do vírus na população, que não foi vacinada.

Em um sinal da gravidade da situação, Kim "criticou de modo veemente" os funcionários da área de saúde devido ao que foi considerada uma resposta ineficiente à crise sanitária. O líder do país ordenou então que a comissão militar atuasse "para estabilizar o fornecimento de remédios em Pyongyang envolvendo as poderosas forças do ramo médico do Exército Popular", de acordo com a agência oficial de notícias KCNA.

Kim também teria afirmado que "suas ordens não foram devidamente seguidas e os remédios não foram fornecidos às farmácias", que, por sua vez, não cumpriram a ordem do regime de funcionar durante 24 horas por dia.

A Coréia do Norte tem um dos piores sistemas de saúde do mundo, com hospitais mal equipados e poucas unidades de terapia intensiva. Também não há medicamentos para o tratamento da Covid nem capacidade para testes em larga escala. Segundo a mídia estatal, 50 pessoas morreram, 1,2 milhão sofreram de "febre" e ao menos 564 mil estão sob tratamento médico. O país mantém um rígido bloqueio contra o coronavírus desde o início da pandemia, embora especialistas afirmem que, com a presença da variante ômicron na região, seria uma questão de tempo até que o vírus se propagasse pelo país.

Para Yang Moo-jin, professor de Estudos Norte-Coreanos da Universidade de Seul, a crítica pública de Kim é um sinal de como a situação é grave. A Coréia do Norte provavelmente precisará de ajuda internacional para superar a onda da ômicron, e, segundo o acadêmico, o país deve procurar a China e talvez os EUA ou a Coréia do Sul caso a situação piore.

Pyongyang rejeitou há alguns meses ofertas de vacinas produzidas na China, e Kim já declarou que o país "aprenderá ativamente" com a estratégia de Pequim para a pandemia, conhecida como "Covid zero".

Nesta segunda, o recém-empossado presidente da Coréia do Sul, YoonSuk-yeol, afirmou estar disposto a fornecera ajuda necessária ao país vizinho. "Se as autoridades norte-coreanas aceitarem, não pouparemos a ajuda necessária, como medicamentos -incluindo vacinas contra a Covid-, material médico e profissionais de saúde", disse ele na Assembléia Nacional sul-coreana.

Pyongyang não respondeu à comunicação oficial de Seul que detalhou a oferta de ajuda, segundo o Ministério da Unificação. A decisão de aceitar ou não o auxílio pode depender mais dos planos de testes nucleares de Kim do que da situação médica, disse Cheong Seong-jang, pesquisador do Instituto Sejong.

Apesar da crise de saúde, novas imagens de satélite mostram que a Coréia do Norte retomou a construção de um reator nuclear que estava inativo, e EUA e Coréia do Sul alertaram que a ditadura do país asiático está preparando um novo teste nuclear.

O presidente americano, Joe Biden, visitará Seul no fim de semana. O programa de armas de Pyongyang e o surto de Covid devem dominar a agenda.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49914&anchor=6456071&pd=3538a929a829f516fe3d26fe50f9afb0

Cesta básica - PAINEL S.A.

PAINEL S.A.

A participação de Bolsonaro no evento da Apas, a associação paulista de supermercados, nesta segunda-feira (16), levantou desconforto no setor sobre o uso do espaço para o presidente reiterar seu discurso de descrédito às urnas e ataque às instituições. A fala de Bolsonaro veio após uma apresentação de João Galassi, presidente da Abras, a associação nacional dos varejistas. Em meio à escalada inflacionária que atinge os alimentos, ele elogiou e agradeceu a Bolsonaro.

carrinho "Os desafios são enormes, mas temos muito que agradecer. Em especial ao presidente Bolsonaro e ao Congresso Nacional pelo Auxílio Brasil, que dobrou a renda dos mais necessitados, pela redução dos **impostos** com a redução do IPI, e pela redução das taxas de importação dos itens da cesta básica. E pela recente liminar que iguala os preços dos **impostos** do diesel nos estados", disse Galassi.

globalização Na mesma fala, Galassi reconheceu a crise econômica, **inflação**, alta dos juros e vulnerabilidade da população, mas ressalvou que o cenário é agravado por fenômenos mundiais, como pandemia e Guerra da Ucrânia.

cobrança Ele também afirmou que é urgente limitar as multas aplicadas pelo Procon por infração ao consumidor. O assunto é discutido em projeto de lei do deputado Marco Bertaiolli (PSD-SP), em tramitação na Câmara. Ainda pediu redução das taxas dos meios eletrônicos de pagamento, especialmente da MasterCard, e dos vouchers de alimentação.

telefone sem fio Galassi encerrou seu discurso relatando que o ministro da Economia, Paulo Guedes, lhe disse que os supermercados e a agricultura mantiveram o Brasil vivo durante a pandemia. Procuradas pelo Painel S.A., a Abras e a Apas não se pronunciaram sobre as falas de Bolsonaro no evento do setor.

equipe A gestão de Josué Gomes da Silva na Fiesp fez mais uma nomeação nesta semana para a profunda reformulação dos cargos pela qual a entidade vem passando desde a saída de Paulo Skaf. Tatiana Prazeres vai dirigir o Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior.

pauta A nova titular, que foi secretária de comércio exterior de Dilma Rousseff, diz que o principal desafio será recuperar a competitividade exportadora e a participação no comércio internacional de SP O departamento de Prazeres, que também é colunista da Folha, vai trabalhar ao lado do conselho de comércio exterior da Fiesp, presidido por Jackson Schneider.

ponto A Uber anunciou nesta segunda (16) que vai oferecer ônibus e vans fretados em seu app nos EUA. O Uber Charter permitirá que os usuários reservem ônibus para levá-los a festas e outros eventos. Também terá a opção de fazer a festa no próprio veículo, com limusines e ônibus balada.

passageiro O CEO do Uber, Dara Khosrowshahi, diz que as mudanças acompanham a retomada do mercado de eventos no país. A Uber afirma que não há previsão para a novidade chegar ao Brasil.

retorno Há menos de uma semana, Wallace Landim, o Chorão, um dos líderes da greve de 2018, fez uma enquete nas redes sociais para medir qual apoio teria uma paralisação no próximo dia 2L Nesta segunda (16), porém, ele afirma estar preocupado com os impactos que uma nova greve teria sobre a economia.

carga Segundo Chorão, a nova tentativa de paralisação não está fora de pauta, mas os caminhoneiros têm buscado alternativas para contornar a alta dos combustíveis. "Nós precisamos ter responsabilidade, passar para a sociedade a nossa preocupação, porque sabemos da questão econômica. Com uma paralisação neste momento, a classe mais pobre vai sofrer muito mais", diz Chorão.

freio As conversas sobre greve reaqueceram neste mês porque, no dia 21, a grande paralisação de 2018 completa quatro anos. Chorão diz que a categoria está tentando negociar alternativas com o governo e outros setores.

motor Um levantamento da CNI (Confederação Nacional da Indústria) mostra que mais de 20% da população pretende deixar de comprar combustíveis nos próximos três meses e 30% decidiu reduzir gasto com álcool, gasolina e diesel.

fogão Para o gás de cozinha, 26% dos entrevistados têm planos de diminuir o consumo e 2% querem parar de comprar. Segundo a CNI, o clima se espalhou por todos os perfis, mas a intenção de cortar gastos prevalece entre jovens (52%) e nas periferias (60%).

Site:

https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49914&anchor=6456071&pd=3538a929a829f516fe3d26fe50f9afb0

Conta de energia explode e deflagra debate sobre como reduzir preço

Alexa Salomão

Após dois anos com medidas para segurar aumentos, os reajustes da conta de luz serão elevados em 2022. Os brasileiros vão pagar ao menos 12% mais na tarifa residencial na média do país, quase 4 pontos percentuais acima do reajuste do ano passado, que foi de 8%.

O cálculo, feito pela TR Soluções -empresa de tecnologia especializada em tarifas de energia-, não leva em conta **impostos** (que variam de estado para estado) nem a bandeira tarifária -que, se subir, pode elevar ainda mais o custo da eletricidade.

O maior peso será sentido pelos moradores da região Nordeste: a tarifa residencial ficará 17% mais cara no ano em média, praticamente dez pontos percentuais acima do reajuste médio no ano passado, que foi de 6,9%.

Nos reajustes já divulgados, entre janeiro e abril, as distribuidoras da região são destaque em aumentos. Neoenergia Cosern, no Rio Grande do Norte, teve alta acima de 20%. A Coelba, na Bahia, 21%.

A recordista foi a Enel Ceará, com reajuste acima de 24%. O baque foi tão forte no estado que deflagrou uma reação extrema na bancada do Ceará na Câmara e levantou uma discussão no Congresso e no governo, sobre a necessidade de mudar a estrutura da conta de luz no Brasil.

Para forçar o debate, o deputado Domingos Neto (PSD-CE) propôs, e conseguiu aprovar, a urgência na tramitação de um PDL (projeto de decreto legislativo) para suspender na caneta o reajuste no Ceará. Foram 410 votos a favor e 11 contra. Na ocasião, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP), disse que o projeto ainda poderia incluir outros estados com reajustes elevados.

Posto o bode na sala, a reação das associações empresariais foi imediata: a suspensão seria quebra de contrato, elevaria o risco Brasil e afastaria investidores. Uma audiência publica na Comissão de Minas e Energia da Câmara, na quinta-feria (12), reuniu representes de todos os segmentos para debater soluções estruturais.

"Se a gente levar a plenário, o PDL passa, porque ninguém vai ter coragem de votar contra no meio dessa crise e em um ano eleitoral", diz o deputado Vaidon Oliveira (União-CE), relator do decreto.

"Mas analisamos as justificativas para o aumento no Ceará, estão muito bem explicadas em quase mil páginas de um relatório. A gente até pode derrubar com duas folhas de papel, mas é importante conversar com a bancada de outros estados antes."

Segundo Oliveira, existe uma certa expectativa em relação aos reajustes em São Paulo e Minas Gerais, que tendem a vir igualmente elevados e sensibilizar os deputados desses estados. Para Minas Gerais, por exemplo, fontes do setor que preferem não ter o nome divulgado projetam alta de 20%; São Paulo deve ter patamar semelhante.

No levantamento da TR Soluções, Sudeste é o segundo no ranking de altas na conta de luz, com aumento médio de 13%. A região também teve um repique, uma vez que o aumento foi de 7,5% no ano passado.

No Norte, a alta será de 10% na média, após aumentar 8,8% em 2021.

As demais regiões seguem outra tendência. Os aumentos no Centro Oeste se mantêm elevados, mas com um pequeno alívio. Depois de assimilar uma alta de 11% no ano passado, o consumidor dessa região vai pagar 9,5% de reajuste na média neste ano.

Já no Sul a retração é expressiva. A conta de luz, na média, vai subir 3% neste ano, depois de uma alta de 8,5% em 2021. São reajustes bem abaixo da **inflação**.

No levantamento, a TR considera as suas projeções para o ano e o valor de tarifas já homologadas pela Aneel, a agência do setor. "Detalhes do contrato, a data em que ocorre o reajuste e a variação do peso de encargos setoriais explicam a diferença", afirma Helder Sousa, diretor de Regulação da TR Soluções.

No caso do Sul, por exemplo, os reajustes ocorrem no fim do ano: assim, a conta da seca foi contabilizada antes. Três das quatro distribuidoras na região têm contratos novos, que fizeram alterações como mudar o indexador de IGPM para IPCA. Das 53 distribuidoras

do país, 18 ainda usam o IGPM, que sofre um forte impacto quando há aumento no dólar. Boa parte delas está no Nordeste.

Também pressionam os reajustes deste ano itens excepcionais. Entre eles está o pagamento de parcelas do empréstimo bilionário para pagar a energia mais cara das térmicas, na crise hídrica do ano passado. Também há repasses da chamada conta Covid, outro empréstimo que bancou as perdas das empresas com a queda no consumo no auge da pandemia.

"Mas o que pesa mesmo na conta de luz são os encargos e **impostos**", afirma o presidente da Abradee, entidade que representa as distribuidoras, Marcos Madureira. Esses dois itens respondem por praticamente metade da conta de luz.

E é para cima desses dois itens que o debate avança.

Já se cogita colocar em discussão um projeto de Paulo Ganime (NOVO-RJ) que propõe tirar da conta de luz e transferir para o Orçamento a CDE (Conta de Desenvolvimento Energético). Esse fundo setorial foi criado em 2002, para bancar políticas públicas na área de energia e abriga benesses criadas pelo próprio Congresso.

"Tem muita coisa na conta de energia que não deveria estar lá", afirma o diretor-presidente da consultoria PSR, Luiz Augusto Barroso, que também comandou a EPE (Empresa de Pesquisa Energética), vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Ele argumenta que a CDE banca energias ultrapassadas. É o caso das térmicas a carvão e das usinas de óleo combustível instaladas em áreas que não estão ligadas ao sistema nacional, em parte porque os próprios governadores não têm interesse em abrir mão do ICMS cobrado sobre o combustível.

Também dá subsídio a quem não precisa. Na lista estão descontos para área rural, que incluem ajudar na conta de irrigação de grandes produtores e exportadores de grãos, e dos parques de energia renovável, que já se tornaram negócios estabelecidos e não precisam de ajuda financeira.

"A CDE é um amontoado de políticas públicas, sobre o qual até se cobram **impostos**, elevando ainda mais um custo que já se mostra insustentável", diz o diretor de Energia Elétrica na Abrace, que representa grandes consumidores, Victor Iocca.

Neste ano, está distribuindo R$ 32 bilhões em subsídios, 34% mais que no ano passado. Cerca de R$ 30 bilhões são pagos pelo consumidor final. "Para se ter uma ideia do que é isso, o valor equivale a 10% de todo o faturamento do setor", diz ele.

Segundo a própria Aneel, a CDE elevou a conta de luz do Brasil em 3,4% neste ano. Sudeste, Sul e Centro Oeste receberam o maior impacto, uma alta de 4,7%.

Mas 2,4% do aumento no Norte e no Nordeste também vem daí. Essas regiões não pagavam CDE e estão agora na fase de transição, em que a parcela do repasse aumenta ano a ano.

No que se refere aos **tributos**, os cogressistas colocaram o ICMS na discussão. Durante a audiência na Comissão de Minas e Energia da Câmara, foi defendido que o estados avaliem reduzir o ICMS na conta de luz.

Segundo o superintendente de Gestão Tarifária da Aneel, Davi Antunes Lima, o ICMS responde por 21% da tarifa total. "Uma flexibilização da alíquota poderia reduzir o custo ao consumidor em até 5%", disse Lima.

Também está em discussão ampliar o uso dos créditos tributários gerados por cobranças indevidas de PIS/Cofins já garantidos judicialmente. Cerca de R$ 12 bilhões foram utilizados para abater tarifas em várias distribuidoras, mas há mais de R$ 40 bilhões que ainda podem ser utilizados, de forma escalonada, para segurar os reajustes.

O tema será debatido na Comissão de Infraestrutura do Senado, nesta terça-feira (17) por iniciativa do senador Fábio Garcia (União-MT). O senador quer garantir a integralidade dos créditos para abater a conta de luz. Como eles foram conseguidos judicialmente pelas distribuidoras, atualmente, as empresas tentam ficar com parte dos recursos.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49914&anchor=6456071&pd=3538a929a829f516fe3d26fe50f9afb0

Tenho dúvidas se esse ESG é sério; greenwashing está institucionalizado

Alexa Salomão

Nos anos de 1980, o agrônomo Leontino Balbo foi chamado de maluco pelos vizinhos quando anunciou que não usaria defensivos químicos ou queimaria a cana na produção da Usina São Francisco, em Sertãozinho (SP). Agora, ele e seus negócios são referência global em sustentabilidade.

Seus 20 mil hectares de canaviais certificados são responsáveis pela produção de 20% do açúcar orgânico comercializada no mundo. A marca Native coleciona certificações e prêmios. A ONU a incluiu na lista dos 29 negócios mais sustentáveis do planeta.

Recentemente, a Fundação Ellen MacArthur, que atua para acelerar a transição rumo a uma economia circular, apontou o projeto de Balbo como o mais bem-sucedido em agricultura regenerativa em larga escala.

Como a produção não usa químicos, o canavial virou uma espécie de reserva. Desde 2002, a Embrapa monitora a fauna local. Foram identificadas 340 espécies de mamíferos, aves, répteis e anfíbios, sendo que 122 são consideradas raras, como onça-parda, tamanduá-bandeira, lobo-guará, e 49 estão ameaçadas de extinção.

Mas Balbo se declara preocupado. Na sua avaliação, a pressão das mudanças climáticas não é levada a sério. Há muito marketing e pouca ação.

"A gente precisa parar de fingir. O greenwashing [lavagem verde] está institucionalizado, no Brasil e no mundo, dentro de empresas e governos", afirma ele. "É decepcionante o comportamento em relação a produtos sustentáveis."

O mais preocupante, diz ele, é a resistência generalizada para abandonar o atual modelo agrícola. "Esse modelo está deixando a produção e a comida mais caras", diz. "Você precisa de recursos cada vez mais sofisticados e onerosos para ter o mesmo resultado."

A sustentabilidade entrou na moda. É mais fácil trabalhar com agricultura orgânica? É muito difícil mudar o modelo. Nos últimos 50 anos, a agricultura foi estruturada para atender agendas financeiras corporativas -de fabricantes de equipamentos, fornecedores de insumos, notadamente os que nos causam dependência. Com isso, você repete a compra e garante a continuidade dos negócios. Essa agenda não está aí para atender a necessidade do agricultor, do consumidor, do planeta ou das futuras gerações.

Mas como funciona esse modelo? Na década de 50, um alemão radicado nos Estados Unidos idealizou uma tipo de agricultura que foi chamada de revolução verde e preconizava quatro vetores.

Uso de defensivo e fertilizantes químicos. Alto grau de mecanização, e as máquinas ajudam muito. Melhoramento genético, que deu uma enorme contribuição à produtividade. Não estou falando de manipulação genética, mas de pegar uma laranja, cruzar com outra e conseguir uma terceira melhor.

Também incluiu o uso de produtos químicos customizados. Com um único produto, feito em larga escala, a um custo fixo baixo, a empresa atende 500 tipos de culturas. Depois que passa o tempo de payback [retorno do investimento], o custo é marginal, e ele fica muito acessível, como o famoso Roundup, um dessecante, e o Imidan, um inseticida.

No entanto, não se computa o efeito colateral do uso desse pacote.

Esse pacote, todos dizem, levou a um salto na produtividade e evitou a fome. Qual é o efeito colateral? Deixe eu explicar. O pulo do gato na agricultura é o solo. Muitos sistemas tradicionais foram capazes de manter por milênios a bioestrutura do solo. E o que é esse negócio?

Na terra existem bactérias, alguns líquens e pequenos insetos, que você só vê de lupa, chamados colêmbolos. Eles têm a capacidade de produzir uma cola proteica que une as partículas do solo. As três principais são saibro, argila e areia. Com isso, se formam pelotinhas, que chamamos de grumos, e eles estruturam o solo. Pode chover a vontade, não descola.

O pacote da revolução verde encontrou os solos estruturados. A cola estava lá. E a validade dela é longa, de 60 a 80 anos. Por muitas décadas, esse solo estruturado respondeu bem à aplicação ao pacote, e tivemos uma aumento exponencial das produtividade.

Mas os insumos foram matando as bactérias e insetos, esterilizaram o solo. Quando chove, não tem espaço poroso, a água escorre e causa erosão. Nos Estados Unidos, o Ministério do Interior tem interditado fazendas onde o solo pulverizou.

Tem mais. As maioria das plantas tira o oxigênio da raiz, não das folhas. Então, as mesmas empresas que venderam esse pacote agora oferecem uma planta transgênica para resolver esse problema -atuam na consequência. A verdade é que as lavouras, para manter ou ter um pouco mais de produtividade, estão exigindo recursos cada vez maiores.

Isso que o sr. descreve tem alguma relação com o aumento de preço na agricultura e da comida? Sim. Esse modelo está deixando a produção e a comida mais caras. Você precisa de recursos cada vez mais sofisticados e onerosos para ter o mesmo resultado.

Veja bem, tem muita coisa boa na agricultura de precisão. Mas ela deve ser um complemento, não pode ser imprescindível. O recurso básico é o solo, e agricultor deveria estar trabalhando para manter as suas qualidades naturais.

Tem outro problema. Adubos ácidos também prejudicam o solo. Eu vi a ministra da Agricultura [Tereza Cristina] fazer o papel dela. Correu para o Canadá para pedir adubo. Mas de que adubo estamos falando?

Tem dois deles, ureia e cloreto de potássio, que causaram alvoroço entre vocês da imprensa. Eles são feitos a partir de recursos finitos, que exigem toneladas de combustíveis fósseis para serem retirados de minas, transportados por caminhões e navios antes de chegarem às fazendas. Enfim, pagamos em dólar para emitir mais gás carbônico e -essa você não sabia- para causar desequilíbrio nas plantas.

Esses adubos químicos causam um desequilíbrio fisiológico e fazem a planta transpirar uma substância que atrai de duas a três vezes mais pragas e doenças do que se você usar adubos naturais. Ou seja, demandam mais herbicidas e inseticidas.

Aí vem o pior. Esses adubos também acidificam o solo. No Centro Oeste, usam tanta ureia e cloreto de potássio que o solo precisa de três vezes mais calcário para neutralizar a acidez do solo. No ritmo atual, nossas jazidas de calcário não duram 50 anos. Nossos filhos vão ver o calcário acabar porque usamos o fertilizante errado. Essa agricultura é sustentável?

Imagino, então, que o sr. tenha sugestões de alternativas a tudo isso. Tenho um monte, você pode escrever aí, e ninguém vai se interessar.

O sr. não está com uma visão um tanto pessimista justamente no momento em que governos e empresas no mundo todo estão mais atuantes em relação a uma agenda verde, por assim dizer? A gente precisa parar de fingir. O greenwashing está institucionalizado, no Brasil e no mundo, dentro de empresas e governos.

É decepcionante o comportamento em relação a produtos sustentáveis. A gente escuta demais, "isso é muito importante, nós temos uma agenda ESG, mas tem um assunto aqui mais urgente para tratar antes". Tenho dúvidas se esse ESG é sério.

Empresas como Native e Natura têm dificuldade de capturar nos seus negócios o resultado da contribuição que dão para a sociedade ao investirem pesado para serem o mais sustentável possível.

Enquanto isso, há alguns dias, todo mundo comemorou o início da exploração de um novo poço da Petrobras. Como pode? As ações tinham que cair. Ela está fazendo um mal para o mundo. Vai emitir mais gás de efeito estufa É péssimo e ninguém questiona.

Quem sai perdendo? O consumidor, quem faz direito e as futuras gerações. Por que a conta já chegou. Secas, incêndios, geadas, inundações.

Mas as fortes alterações do clima estão fazendo todo mundo perder. Nem isso serve de alerta? Em função do modelo que está aí, poucos têm a noção de que fazem parte disso. No setor financeiro, por exemplo, quando avaliam um projeto, sempre vem a pergunta: qual é a taxa interna de retorno, a TIR? A TIR é puramente financeira. Eu pergunto, mas qual é a TIR da água, da biodiversidade, do solo?

O setor financeiro precisa criar modelos para lidar com a mudança. A transição para a economia mais verde, de verdade, vai demandar capital paciente. Mas hoje setor financeiro cobra os mesmos juros de quem emite e de quem neutraliza emissões.

Outro dado. O Brasil vai consumir, aproximadamente, 10,2 milhões de toneladas de açúcar de cana. Mais ou menos 4,2 milhões de toneladas é consumo direto, vendido em pacotinhos no supermercado. Outros 6 milhões de toneladas vão para uso industrial.

Sabe quanto açúcar orgânico eu vendo para uso industrial no Brasil? Vendo 4.000 toneladas, 0,066% do total. Quando a gente oferece o açúcar orgânico para as grandes marcas de alimentos no Brasil, eles pegam uma cruz para se protegerem. As grandes

marcas não se interessam pelo açúcar orgânico apesar de todos os atributos de sustentabilidade.

Nem as grandes, que agora anunciam alimentos naturais? Não. O mercado global de açúcar convencional é de 190 milhões de toneladas. O de açúcar orgânico é de 600 mil toneladas. Representa 0,4% comparado ao açúcar convencional. Se as indústrias tivessem interesse genuíno já não era para estar em ao menos em 5%?

Essas grandes empresas criaram um grupo chamado SAI, Sustainable Agriculture Initiative [Iniciativa para uma agricultura sustentável, numa tradução livre]. As 40 maiores indústrias de alimentos do mundo fazem parte dela. Eu fui convidado, há uns 8 anos para fazer uma apresentação em um evento delas. Na véspera, nós recebemos o **comunicado** que tínhamos acabados de nos tornar a primeira usina de cana do mundo a receber a certificação Rainforest Alliance. Contei para todo mundo ali.

Várias indústrias de alimentos divulgaram que gostariam de ter açúcar com ela. Tivemos um trabalhão para obtê-la. Eu decidi falar sobre ela na minha apresentação, mas na hora não deixaram. Só puder falar cinco minutos.

Me convidaram para ir no segundo evento, e tive a garantia de que poderia fazer uma palestra. Eu passei dois dias ouvindo painéis. Só falaram de digitalização na agricultura. Vários integrantes eram da indústria de máquinas. Um dos focos era o uso do blockchain para multiplicar a coleta de informação das fazendas. Em nenhuma momento, eu ouvi a palavra solo, e o tema do evento era agricultura sustentável

Sabe o que essas empresas de alimentos fazem? Montam um ONG, que é sustentada pelo lucro do negócio delas, que não é tão sustentável assim, e essa ONG vai lá na África, apoiar um projeto de agricultura familiar. Eu quero ver sustentabilidade com o coração do negócio, na cadeia de valor dessas empresas.

A União Europeia tem sido muito ativa na questão ambiental. Qual a sua avaliação? Eu fui convidado para falar em um evento do Parlamento Europeu. Era um fórum sobre o futuro da agricultura, lá em Bruxelas. Está na internet. Meus colegas de painel eram Kofi Annan, que já faleceu, e o professor Allan Savory, autoridade em estudos para reverter a desertificação.

Acabou o evento, à noite, a gente foi jantar. Na mesa estavam também os chefes das divisões de Alfândega e de Meio Ambiente da Comunidade Europeia, são cargos que equivalem ao de ministros. Detalhei melhor o nosso trabalho, a questão da regeneração do solo, da biodiversidade, dos bichos que voltaram para canavial.

Sugeri que avaliassem baixar o imposto de importação para equilibrar o jogo de quem dá esse tipo de contribuição no Brasil, e a resposta foi que o tema é muito delicado.

Para você ter uma ideia, hoje, a gente vende uma tonelada de açúcar orgânico para Europa por US$ 660 [cerca de R$ 3.350], e paga US$ 540 [R$ 2.740] de imposto para entrar lá.

Ficam apontando o dedo para o Brasil, dizendo "vocês estão desmatando e acabando com a floresta", e cobram esse imposto de importação de um açúcar orgânico? Cadê o incentivo, o sinal de boa vontade, quando vão passar do discurso para a ação?

Na produção, emitimos 120 kg (quilos) de gás de efeito estufa por tonelada de açúcar, coloco no navio, no caminhão até fábricas na Europa, e emito mais 350 Kg, mas quando a cana cresce, ela tira 1.500 kg por tonelada. Somos um ralo de carbono. Enquanto isso, o açúcar de beterraba deles emite 880 kg por tonelada de açúcar produzido, e não retira nada, porque queimam óleo.

Não é para ficar irritado? A União Europeia não faz nada para criar uma distinção. Fiz uma sugestão parecida no Brasil e também não deu em nada.

Como assim? Falei com governadores, prefeitos, ministros que podem usar a política fiscal para penalizar quem degrada e compensar quem preservar. **Impostos** diferentes. A política fiscal é a arma que os líderes têm para resolver a questão da sustentabilidade de uma vez. Pergunta se alguém escutou.

Por isso eu questiono, a quem interessa a sustentabilidade? Qual seria a perda de grandes multinacionais e em quanto cairia a arrecadação de **tributos** se a gente reduzisse a compra desses insumos importados, ditos tão importantes, e passássemos, por exemplo, a reciclar lixo e esgoto, que não tem valor nenhum?

Eu tenho contato com um pesquisador da Singularity University, e ele confirmou que no nosso lixo e no nosso esgoto têm o dobro do nitrogênio que é aplicado na agricultura. Se a gente tratar o esgoto, separar o lixo orgânico, fizer compostagem, e trazer de volta para campo, diminuímos nossa dependência de adubo importado em no mínimo 60%.

Sabe qual vai ser a primeira desculpa dos órgãos envolvidos? Vão dizer que vai dar um problema

sanitário e pode contaminar o solo. Mentira. Testei em solos degradados de uma fazenda de 5 mil hectares que arrendamos. Depois de oito anos, o resultado é fantástico.

Também dizem que é fácil fazer tudo o que fazemos porque a cana é um capim. Eu testei com soja e milho. O resultado é o mesmo. Mas a quem interessa?

Leontino Balbo Junior, 62

Engenheiro-agrônomo, pela Universidade Estadual Paulista de Jaboticabal (SP), é diretor das usinas São Francisco e Santo Antônio, em Sertãozinho (SP), presidente e fundador da marca de produtos orgânicos Native e palestrante sobre temas de agricultura sustentável

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49914&anchor=6456071&pd=3538a929a829f516fe3d26fe50f9afb0

Refis do simples negócios (Artigo)

FÁBIO FERRAZ

Desde o final de 2021 pequenas e médias empresas aguardavam pela regulamentação do parcelamento de débitos, principalmente empresas enquadradas no regime do Simples Nacional, que no início do ano de 2022, para se manter no regime, precisavam ter seus débitos pagos ou parcelados.

Acontece que o Governo Federal, por uma questão legal foi obrigado a vetar a proposta do legislativo, fazendo com que as empresas que possuíam débitos ficassem sem uma opção de parcelamento com descontos ou abatimento de juros e multas, o que acontece apenas nestemomento com a regulamentação do programa.

O prazo para adesão ao Programa de Reescalonamento do Pagamento de Débitos no âmbito do Simples Nacional (Relp), também conhecido como Refis do Simples Nacional, termina em 31 de maio deste ano e a expectativa é que cerca de 8 bilhões de reais em débitos sejam incluídos no programa.

Importante destacar que empresas que não puderam permanecer no Simples Nacional e que hoje estão em regimes como o Lucro Presumido ou Lucro Real, pagando namaioria dos casos **impostos** mais elevados em função da perda dos benefícios do Simples Nacional, precisam regularizar seus débitos para que possam, no ano de 2023, retornar ao regime do Simples Nacional e obter as vantagens que este oferece.

Outro ponto importante é o fato de caso as empresas não regularizem estes débitos, terem que enfrentar execuções fiscais e terem constrição de valores em contas ou bens, podendo inclusive atingir o patrimônio dos sócios em casos extremos.

O Programa de Reescalonamento do Pagamento de Débitos no âmbito do Simples Nacional (Relp) traz vantagens como descontos em juros, multas e honorários da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, além da possibilidade de pagamento em até 140 (cento e quarenta) parcelas.

FÁBIO FERRAZ, advogado tributarista

Site: https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp_site/issue-ae0de04da95f06c3c85934ea84bcccc0.pdf

Guedes critica encargo trabalhista

'BOMBA DE DESTRUIÇÃO' Brasília - O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem que vai conversar com empresários para "ver como a redução de **impostos** pode ser aprofundada". A declaração foi feita na Apas Show, evento do ramo de alimentos. Guedes ainda classificou os encargos trabalhistas como "bomba de destruição em massa" de empregos e observou: "vamos ter que atacar esse problema". Ele igualmente voltou a atacar o custo Brasil e insistiu na redução de **impostos**.

"São dois planos Marshall de expansão já contratados, fora os que estamos desenhando", diz. O ministro ainda afirmou que são estudadas formas de ampliar investimentos com um "fundo de reconstrução nacional". Uma das possibilidades para financiar o fundo seria a venda de participações do BNDES em empresas privadas. Em tom crítico, Guedes citou como exemplo a participação do banco na Petrobras. A medida seria tomada diante da "incapacidade do setor público" de investir. "Em vez de ficar o BNDES sentado em ação da JBS, da Petrobras, ficava sentado em porção de participações", disse. "Está caindo há 30 anos a capacidade de investimento. Vamos transformar esse capital público", sugeriu.

Site:
https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/index.jsp?serviceCode=login&edicao=10341

Estados querem ICMS do diesel com desconto

secretários de Fazenda dos estados e do Distrito Federal vai recorrer, nesta semana, da decisão que suspendeu a aplicação da alíquota única do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre o valor do óleo diesel.Em caráter liminar, a decisão foi tomada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça, na última sexta-feira, em resposta a um pedido do governo federal.

Os detalhes da defesa serão discutidos nesta terça-feira. "Fixamos uma alíquota única e cumprimos a lei, mas tínhamos que aplicar os descontos porque senão haveria um aumento de carga tributária. Fizemos uma nota técnica e vamos recorrer nesta semana", afirmou Décio Padilha, secretária da Fazenda de Pernambuco e presidente do conselho dos secretários estaduais da Fazenda (Comsefaz).

O desentendimento entre estados e governo Jair Bolsonaro quanto aos cálculos do ICMS sobre o diesel se arrasta há meses.

O governo conseguiu aprovar, em março, uma lei que unifica a alíquota do imposto sobre o diesel. Antes da lei, cada estado podia estabelecer o percentual cobrado. Depois, o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) chegou a um acordo sobre o valor único do ICMS, mas permitindo descontos.

Com isso, a AGU ingressou no STF e Mendonça acatou o argumento do governo de que os descontos, previstos para entrar em vigor a partir de julho, quebram a uniformidade da cobrança do imposto. Não é deste modo que entendem os estados.

Padilha afirma que a União se equivoca ao querer resolver a alta dos combustíveis mexendo na questão estrutural, quando se trata de algo conjuntural.

"E mum problema conjuntural , a solução é conjuntural. Você não pode vir com uma solução estrutural de alterar **tributos** ou alguma questão de médio prazo quando requer uma solução imediata", disse o secretário de Pernambuco, em entrevista à Globo News.

Padilha: preço é questão conjuntural e não estrutural

Site: https://dp.presslab.com.br/20220517/

Quem manda na petrobras? (Artigo)

Hélder Cordeiro

Somente durante o governo Bolsonaro o preço do litro de óleo diesel já aumentou 96%, e, este ano, a Petrobras já elevou seus preços em três vezes: 8,08% em janeiro, 24,9% em março e 8,87% em maio. Antes desse último aumento anunciou lucro líquido de R$ 44,5 bilhões nos três meses de 2022, alta acumulada de 46,97%. Esses dados são do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos).

ú - . Órgão com absoluta credibilidade.

Pois não é instituto de pesquisa politiqueira nem JORNALISTA comanda processo eleitoral com forças desarmadas.

Por falta de quem mande na Petrobras, os brasileiros que diziam: "o petróleo é nosso" e defendiam a não privatização dessa empresa não estão mais dormindo com os sucessivos aumentos de preços nos combustíveis. Do outro lado da corda, sufocando os brasileiros estão os acionistas da Petrobras e os insaciáveis governadores estaduais, cobrando imorais **impostos** de bilhões de reais. Esses vivaldinos já estão indo aos ministros togados do STF, adversários de Bolsonaro, para que possam manter a farra da tributação nos preços de combustíveis em todo pais.

Com essa tributação e até bitributação, os preços dos combustíveis nacionais superam os das maiores empresas petrolíferas do planeta. Portanto, não adiante o presidente Bolsonaro dizer: "não mando na Petrobras". Nem tão pouco afirmar que o lucro da Petrobrás é "estupro". Pois é mais do que estupro, presidente. É novo holocausto nazista, genocídio só ocorrido durante a Segunda Guerra Mundial.

O presidente Bolsonaro também diz: "as petrolíferas de mundo todo diminuíram suas margens de lucro e a Petrobras aumentou em torno de 30%". Presidente, quem pode mais, pode menos. Se o presidente pode demitir ministro, presidente da Petrobras e até membros do Conselho Gestor da Petrobras pode controlar os imorais lucros dessa empresa, e, antes que ela quebre o pais e os brasileiros excluídos das benesses públicas.

A Petrobras de hoje não é mais nossa. Já está controlada pelo selvagem mercado de especuladores nacionais e internacionais e só quem ainda defende essa empresa é à esquerda da então URSS e Lula, quando pensa em voltar ao poder e compartilhar os lucros do petróleo com os aliados da época do mensalão e dos corruptos que mamavam nas tetas do governo petista. A liberdade de Lula é um gracioso indulto concedido pelo chamado G-7 do STF, mas, o eleitorado vai pensar duas vezes na hora de escolher um governo de mensalão ou de um sem desvios de recursos públicos. Assim se presume que ocorra no primeiro turno das eleições, mas, antes Bolsonaro terá que assumir o comando da Petrobras.

Hélder Cordeiro Jornalista

Site: https://oestadoce.com.br/digital/17-05-2022-edicao24311/

Bolsonaro diz que haverá mudanças na Petrobras

O presidente Jair Bolsonaro acenou ontem para a possibilidade de mais mudanças na Petrobras. "Tem mais coisa para acontecer na questão da Petrobras.

Já sabem o que está acontecendo.

Não vou entrar em detalhes, está sempre fazendo alguma coisa para buscar alternativa", declarou o chefe do Executivo a apoiadores em frente ao Palácio da Alvorada.

Como mostrou reportagem do Estadão, o presidente da Petrobras, José Mauro Ferreira Coelho, passa por um processo de fritura no governo apenas um mês após assumir o cargo. Ele é ligado ao ex-ministro de Minas e Energia Bento Albuquerque, demitido por Bolsonaro na semana passada após um novo reajuste dos combustíveis - os constantes aumentos têm sido motivo de desgaste de Bolsonaro, que tenta a reeleição em outubro.

As declarações do presidente foram feitas pela manhã, em Brasília, antes da viagem do presidente a São Paulo, mas só divulgadas à tarde por um canal bolsonarista no YouTube - o material que foi ao ar foi editado.

Bolsonaro voltou a criticar a empresa por seus lucros e sua política de preços. "Com toda certeza vamos entrar na Petrobras nessas questões também. Não é possível petrolífera dar 30% de lucro enquanto as outras dão no máximo 15%, para atender a interesses não sei de quem", disse aos simpatizantes em frente ao Palácio do Alvorada, onde para diariamente para falar com apoiadores.

Em São Paulo, Bolsonaro voltou a criticar a Petrobras pelas sucessivas altas nos preços dos combustíveis e disse que lamenta o atual preço do diesel. O mandatário reclamou que a Petrobras busca o lucro máximo, "em vez fazer como as petrolíferas do mundo todo tiveram , reduziram suas margens de lucro", disse.

"Nada contra a empresa ter lucro, tem que ter lucro. De outro lado, a gente sabe que não dá certo, e vê-se obrigado a mexer nas peças do tabuleiro", acrescentou o presidente.

"A gente lamenta o preço do diesel altíssimo", afirmou.

As declarações foram dadas durante a abertura de uma feira de negócios organizada pela Associação Paulista de Supermercados, na zona norte da capital paulista. Também estiveram presentes os ministros Paulo Guedes (Economia) e Marcos Pontes (Ciência e Tecnologia), bem como o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes.

O ex-ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes, também discursou na abertura do evento. Ele é pré-candidato ao governo de São Paulo.

SOCIAL Na avaliação do chefe do Executivo, "todo mundo tem de colaborar" e a Petrobras precisa exercer sua função social. "Todo mundo tem de colaborar, não é ganhar mais dinheiro na crise. É o que infelizmente alguns setores fazem, como a própria Petrobras. 'Ah tem o estatuto'. Estatuto está acima da lei, não está acima da Constituição.

Então, tem o fim social da empresa.

O que está em jogo é o futuro do Brasil", disse.

O presidente também disse esperar redução no ICMS incidente sobre combustíveis nos Estados após o ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), atender ao pedido do governo e suspender a forma de cobrança do imposto pelos governadores. Na semana passada, a Petrobras aumentou o valor do diesel na refinaria em 8,87%. No acumulado em 12 meses, o combustível já subiu 52,53%, ante 12,05% da **inflação** oficial.

Mendonça atendeu ao pedido feito pelo presidente, que, por meio da Advocacia-Geral da União (AGU), diz que a medida é inconstitucional por permitir a diferenciação de alíquotas do diesel entre os estados, prejudicando o consumidor com aumentos excessivos do combustível. "Não vai existir mais, espero que o pleno ratifique isso, cada estado ter um percentual", disse Bolsonaro na semana passada.

Em março, uma lei aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada por Bolsonaro estabeleceu que deveria haver uma alíquota única do ICMS sobre o diesel. Depois disso, o Confaz se reuniu e fixou um valor único do ICMS sobre o diesel, de R$ 1,006 por litro, mas com permissão para descontos. O valor, na

prática, ficou superior ao que vinha sendo cobrado nas bombas antes da nova lei, o que contrariou a pretensão do governo federal.

Guedes quer redução de **impostos**

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem que vai conversar com empresários para "ver como a redução de **impostos** pode ser aprofundada". A declaração foi feita na 36ª Edição da Apas Show, evento com empresários do setor de alimentos, e veio após ele mostrar vontade do Executivo de cortar **impostos**.

Ele voltou a atacar o "custo Brasil" e a defender a redução de **impostos** e os programas de estímulo à economia anunciados pelo governo durante a crise. "São dois planos Marshall de expansão já contratados, fora os que estamos desenhando", declarou.

Guedes afirmou também que o governo federal estuda formas de ampliar os investimentos por meio de um "fundo de reconstrução nacional".

Uma das possibilidades para financiá-lo seria a venda de participações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em empresas privadas.

Em tom crítico, ele citou participações do banco na Petrobras, na JBS e na Marfrig.

"Essa capacidade de investimentos virá do fundo de reconstrução nacional", declarou Guedes.

Na explicação do ministro, a medida seria tomada diante da "incapacidade do setor público" de fazer investimento.

"Em vez de ficar o BNDES sentado em ação, da JBS, a Marfrig, da Petrobras, o BNDES ficava sentado em porção de participações. Não, vamos vender isso e transformar em hidrelétrica em Rondônia", afirmou o ministro.

Refinaria reduz preço do diesel

A Acelen, refinaria privatizada da Bahia, reduziu o preço da gasolina e do diesel na última sexta-feira, seguindo o comportamento das variáveis de sempre - preço do Brent, dólar e frete -, informou a companhia que é braço do fundo de investimento árabe Mubadala. O diesel caiu cerca de 4% e a gasolina entre 1,2% e 2,3% na Refinaria de Mataripe.

A companhia tem feito reajustes semanais dos combustíveis, ao contrário da Petrobras, que tem levado meses para mudar seus preços. Com isso, os índices das mudanças de preço da refinaria baiana têm sido menores do que as da estatal, que no último dia 10 de maio aumentou o diesel em 8,9% para reduzir um pouco a defasagem que o combustível carrega em relação ao mercado internacional.

A gasolina permanece com os preços inalterados há 63 dias, e a defasagem chega a 23%.

Ontem, segundo a Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom), a defasagem média dos preços dos combustíveis no Brasil era de 22% para a gasolina e de 10% para o diesel, sendo que no porto de Aratu, na Bahia, a defasagem era de 16% e 1%, respectivamente.

Já nos portos, referência para os preços das refinarias da Petrobras - Santos, Itacoatiara, Itaqui, Suape e Araucária -, a defasagem da gasolina chega a 23% e do diesel, a 13%, apesar do aumento recente.

Site:
https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/?numero=37176&edicao=120977

Freio na China preocupa

As medidas restritivas adotadas na China para conter a nova onda da covid-19 têm reduzido fortemente a atividade econômica da segunda potência global . Em abril, as vendas do varejo sofreram um tombo de 11,1%, de acordo com números divulgados, ontem, pelo Escritório Nacional de Estatísticas. E a produção industrial recuou 2,9% na comparação com abril de 2021. As vendas de moradias desabaram 32,2% no primeiro quadrimestre em relação ao mesmo período de 2021. Já os investimentos, apesar de crescerem, reduziram o ritmo e o desemprego subiu para 6,1%.

Mesmo com esses dados preocupantes, parte do mercado tentou se animar com a reabertura gradual do comércio em Xangai, ontem. Pela manhã, em Nova York, o Índice Nasdaq, das empresas de tecnologia, operava no vermelho e fechou com queda acima de 1%.

Enquanto isso, o Índice Dow Jones, das companhias da velha economia, ficou no azul e fechou com leve alta de 0,1%.

Já o Índice Bovespa, principal indicador da Bolsa de Valores de São Paulo (B3), operou no campo positivo e encerrou o dia com a quarta alta consecutiva, contrariando o consenso de que a desaceleração da China, maior parceiro comercial do Brasil, será ruim para a economia brasileira. O Ibovespa encerrou o pregão de ontem com alta de 1,22%, a 108.232 pontos.

Commodities

"De fato, o sinal seria negativo, mas as commodities tiveram um início de semana positivo, mesmo com os números ruins da China. E a Bolsa vem esboçando uma reação desde a semana passada, corrigindo parte das fortes quedas recentes", explicou o economista Silvio Campos Neto, sócio da Tendências Consultoria. "Além das commodities, pode estar ajudando a percepção de que a economia local está um tanto melhor do que era avaliado até recentemente", acrescentou.

Ele reconheceu, no entanto, que as perspectivas não serão animadoras para a economia brasileira se a China sofrer a desaceleração que o mercado está esperando, com o **PIB** crescendo de 2% a 2,5%, bem abaixo da meta de 5,5% prevista inicialmente pelo governo chinês.

"Os mercados se dividiram hoje. Parte preocupada com indicadores da China, enquanto outra olhou o copo meio cheio com a retirada de algumas restrições em Xangai", avaliou Gustavo Cruz, estrategista da RB Investimentos.

Segundo ele, a alta da B3 é explicada, em parte, devido à falta de mais indicadores do mercado. O Banco Central não divulgou os dados do boletim Focus, que tem as projeções macroeconômicas do mercado, nesta semana, por causa da greve dos servidores. (RH)

"Todos pagarão por inflação menor"

rosana hessel

Diante do aumento das pressões inflacionárias em todo o mundo, que ganharam força com a guerra da Ucrânia, a tendência é de alta de juros no mercado global. E a sinalização do Banco Central do Brasil é de que é bem provável que a taxa básica de juros (Selic) pode subir "até quanto for necessário", porque "todos estão dispostos a pagar um preço maior para ter uma **inflação** menor".

"Estamos sendo cobrados para fazer o nosso trabalho, cumprir o nosso mandato. E não temos receio de persegui-lo. Vemos esse movimento de **inflação** implícita bem acima do padrão histórico também nos Estados Unidos e na Europa. Todos estão dispostos a pagar um preço maior para ter uma **inflação** menor", disse o diretor de Política Monetária do BC, Bruno Serra Fernandes, ontem, em evento organizado pelo Goldman Sachs.

Fernandes reconheceu que o desafio do Banco Central será conseguir entregar a **inflação** dentro da meta e saber calibrar a alta dos juros. "O cenário piorou e foi necessário estender o ciclo. E o tempo dirá se saberemos alongar o período de manutenção do juro alto a fim de entregar a **inflação** na meta. Mas ela (a decisão) precisa ser razoável, porque o risco de desaceleração é crescente. E esse é o desafio pela frente", afirmou.

Fernandes reconheceu que os dados de curto prazo mostram que a economia brasileira está surpreendendo as projeções pessimistas do mercado, mas, no segundo semestre de 2022, a tendência é de desaceleração, porque será o período em que os impactos do ciclo de alta da taxa Selic serão mais efetivos. "O lag da política monetária vai começar a atuar no segundo semestre. A taxa Selic passou para o nível contracionista em novembro de 2021", destacou Fernandes. "A partir do segundo semestre, a história é outra. Vamos ver a Selic impactando a atividade", frisou.

O diretor do BC reforçou que o horizonte relevante com o qual trabalha o Comitê de Política Monetária (Copom) é o de **inflação** na meta em 2023. O centro da meta atual, de 3,5%, já foi superado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em abril, quando o indicador acumulou alta de 4,29% no primeiro quadrimestre. As estimativas do mercado mostram rompimento do teto da meta, de 5%, e indicam que, em 2023, quando ele passará para 4,75%, também será ultrapassado.

De acordo com Fernandes, o Copom sinaliza que avalia duas alternativas para chegar à meta de **inflação**: subir os juros a um pico maior ou adiar o ciclo de baixa. "O ambiente é bastante incerto e a palavra cautela aparecem com muita frequência nos comunicados do Banco Central. A minha preferência é sempre a mesma flutuação da taxa básica, porque uma taxa mais estável por mais tempo é melhor. Mas nem sempre isso é possível", disse.

Ajustar a previdência para voltar a crescer (Artigo)

RAUL VELLOSO Economista

Na década de janeiro de 2004 a dezembro de 2013, o Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro crescia em média a 3,9% ao ano, após longo período em que as altas taxas dos anos setenta caíam sistematicamente em nosso país. Na sequência, do início de 2014 até há pouco, em um período de cerca de 8 anos, a taxa média desabou, com queda de 0,6% ao ano, tendo-se a sensação de que, hoje, novo governo se formando à frente, as forças políticas se vêm sem qualquer ideia bem concebida sobre o que fazer para o Brasil voltar a crescer a taxas razoáveis pelos nossos padrões.

Nesse contexto, tenho insistido na tese de que o país não voltará a crescer a taxas elevadas se não encontrar os caminhos para investir bem mais em infraestrutura, seja no setor público, seja no setor privado. Pasmem, entre o final dos anos oitenta e 2018, enquanto as inversões privadas nesse setor eram, em média, de 1,2% do **PIB** anual, as públicas desabaram sete vezes, quando medidas em percentual do **PIB**, e, com elas, despencou o próprio crescimento econômico. E, para ficar seguro sobre o que tenho dito, carrego sempre comigo um gráfico que mostra duas linhas praticamente coladas, uma para o investimento total em infraestrutura e, outra, para a taxa de crescimento do **PIB**. Cai uma, logo cairá a outra.

Como explicar a queda dos investimentos que se observa igualmente em todas as esferas de governo e identificá-la como a tendência a se inverter primordialmente? Basicamente, porque é o item menos rígido dos orçamentos e, assim, com as pressões para fazer ajuste fiscal que vieram se formando à medida que os deficits públicos por vários motivos subiam (assunto para outra coluna), os investimentos acabaram se tornando o item que pesa menos no total. É curioso que, depois de se ter criado esse famigerado "teto dos gastos", instrumento de contenção que deveria ser aplicado ao conjunto dos itens igualmente, e tido ainda hoje por muitos como salvação da pátria, não se parece ter percebido que 95% do total já eram compostos de gastos obrigatórios legalmente, praticamente impossíveis de ajustar a não ser a longo prazo.

Se boa parte da saída é desafiar as prioridades de gasto público hoje estabelecidas, destinando menos recursos a despesas correntes, qual deveria ser o item do gasto obrigatório a prioritariamente ajustar? Simples: exatamente onde predominam as maiores injustiças sociais, ou seja, as supergenerosas aposentadorias e pensões do setor público, que, aliás, têm crescido absurdamente nas últimas décadas.

Aqui vale a pena citar o exemplo concreto do estado do Rio de Janeiro como um caso a estudar e acompanhar, tirando o máximo possível de lições. Ainda que premiado pela nova receita pública derivada do petróleo, o Rio é, de longe, o estado em situação financeira mais delicada do país. A dívida pública estadual e obviamente seu serviço são muito altos; os gastos previdenciários dispararam acima da média nacional; e, por último, em consequência disso, os investimentos públicos em infraestrutura vêm caindo bastante, minando as possibilidades de crescimento do estado que sejam oriundas das próprias ações.

Com base em 2020, o grosso da dívida é com a União, e corresponde a 3,2 vezes a receita corrente líquida fluminense, sendo esse o maior valor da série disponível. Os políticos locais reclamam do fato de o estado ter de se enquadrar no Programa de Recuperação Fiscal (PRF), algo que alivia de um lado, mas aperta do outro.

Os altos gastos previdenciários são devidos a questões demográficas ou mera decorrência do que ocorre com os costumeiramente crescentes pagamentos aos ativos. Entre 2007 e 2017, e em termos reais, os gastos previdenciários do Rio cresceram absurdos 162,4%, enquanto a média estadual subia bem menos: 87,4%. Em contraste, o **PIB** real global, nesse mesmo período, acumulava queda de 6,6%. Ou seja, como é a arrecadação que, em decorrência da evolução do **PIB**, cria o combustível natural para financiar quaisquer gastos, tem existido uma completa incompatibilidade entre as trajetórias da receita e da despesa.

Pior que isso, se nada for feito além de soluções pontuais, e com base nos estudos atuariais disponíveis, os crescentes gastos previdenciários acabarão provocando, em breve, a zeragem do espaço para investir no orçamento do Rio, investimentos esses que já desabaram, em termos reais, de R$ 10,5 bilhões, em 2013-14, para R$ 1,1 bilhão em 2019-20, a preços de 2020. Estou refazendo

minhas projeções para, em breve, divulgar o ano mais provável dessa iminente zeragem, caso nada se faça para evitá-la.

Conforme acima sinalizado, parte da salvação da crise fluminense está vindo do aumento da receita média com royalties, que, a preços de 2020, haviam desabado de R$ 6,3 ao ano entre 2007 e 2014, para R$ 2 bilhões médios em 2015-16 e, ao final, tinham subido para a média de R$ 9,5 bilhões, entre 2017 e 2020. Só que, como há pouco a fazer nessa área a menos de suavizar a curva de receita respectiva, há muito o que fazer em matéria de reforma previdenciária, entre outras ações correlatas.

Na busca de saídas pela informalidade

Arthur de Souza

Em meio à escalada de preços no país e à crise gerada pela pandemia da covid-19, milhares de brasilienses não têm alternativa senão recorrer à informalidade para garantir o sustento. Apesar de o Distrito Federal se encontrar na 12ª colocação do país em relação à taxa de desemprego no primeiro trimestre, quase um terço dos moradores da capital do país com mais de 14 anos trabalham de maneira autônoma (leia Desemprego x Informalidade).

O resultado de janeiro a março deste ano subiu 1,2% em relação ao mesmo período de 2021, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC). Professor de economia do Centro Universitário de Brasília (Ceub), Max Bianchi observa que as necessárias medidas de combate à pandemia resultaram no controle dos casos e, ao mesmo tempo, na redução de vagas em empresas. "Diversos trabalhadores ficaram desempregados e, com a dificuldade de recolocação profissional, essas pessoas precisaram recorrer às atividades informais para se sustentar", afirma.

O economista Riezo Silva considera que a disparada da **inflação**, cria entraves ao crescimento da economia e para a população em geral, que encontra dificuldades para manter a renda para cobrir despesas básicas. "O impacto desse cenário é a queda da renda real e o crescimento do número de trabalhadores informais.

Enquanto o mercado aposta em preços mais caros, juros mais altos e na queda da produção interna bruta, o emprego sem vínculo bate recordes", avalia.

Moradora de Águas Claras, Andrea Gallo, 26 anos, vive isso no dia a dia. Há quatro anos, ela entrou no ramo de petsitter - cuidadora de animais domésticos -, mas, na pandemia, o que era uma atividade esporádica se tornou principal fonte de renda.

"Por não conseguir encontrar emprego desde que se iniciou a crise sanitária, acabei me apegando a esse trabalho. Eu era voluntária havia 12 anos, então, tinha muita facilidade para lidar com bichos", conta.

O trabalho ainda não tem sido suficiente para arcar com as contas, mas a jovem espera se estabilizar nos próximos meses.

"Tenho investido em divulgação e cursos para aumentar minha clientela. Também tenho alguém que me ajuda com o marketing on-line e cuida das minhas redes sociais. Para depois, planejo focar em mídias off-line, com panfletos, por exemplo." Andrea acrescenta que, apesar das vantagens - como ser a própria chefe, gerenciar os horários de si mesma e controlar os negócios da maneira que preferir -, a atividade informal não garante amparo em momentos de fragilidade. "Sofro de depressão grave e transtorno de ansiedade generalizada há oito anos. E, quando adoeço, não posso parar, porque, se paro, não recebo e corro o risco de perder meus clientes", lamenta.

Realidade

Esteticista facial e corporal, Juliane Martins, 34, tem experiência na informalidade. Em 2012, ela decidiu trabalhar como autônoma, para garantir que receberia os ganhos integralmente.

"Com carteira assinada, o valor é baixo. Apesar de ser fixo, os benefícios não eram grandes. Além disso, posso fazer meus horários e não ter os valores das sessões descontados", compara a moradora do Riacho Fundo 1.

Como outros profissionais que atuam de maneira autônoma, Juliane sofreu os efeitos da pandemia. Até hoje, ela lida com os prejuízos da crise sanitária, pois trabalhava com atendimentos em domicílio. "Antes, eu tinha 30 clientes fixos. Hoje, são seis, no máximo. O dinheiro que ganho não sobra no fim do mês, mas dá para pagar as contas", diz a esteticista, que não pensa em trabalhar de outra maneira e tem investido em especializações.

Para o economista Riezo Silva, a manutenção do número de pessoas na informalidade em patamares como os atuais revela um mercado mais precário e com menos direitos para os trabalhadores. Apesar disso, ele dá dicas para quem pretende se manter como autônomo: "É preciso criar oportunidades, oferecer serviços, buscar se especializar cada vez mais e não aguardar pela procura dos serviços ou produtos, mas ir atrás dos clientes", sugere.

Definição

O professor Max Bianchi explica que o trabalho informal é entendido como a realização de atividades sem vínculos empregatícios ou registros formais.

Nesses casos, o profissional desenvolve atividades

autônomas, com serviços por conta própria.

Mais de quatro séculos para dobrar o nosso PIB (Artigo)

Eduardo Oinegue

O Brasil pode passar por mais esta eleição submetido ao debate proposto pelos candidatos ou inovar, cobrando dessa turma uma discussão madura sobre os pontos que realmente interessam. E um deles é o crescimento econômico. Se é que dá para falar em crescimento quando se vê o que aprontamos. Entre 2013 e 2021, o Produto Interno Bruto brasileiro cresceu 1,2% acumulado. Dá uma média anual de 0,16%. Como a população cresce num ritmo quatro vezes maior, não se trata de um crescimento desprezível. Trata-se de um empobrecimento assustador.

Para efeito de comparação, a média anual de crescimento do **PIB** na Espanha foi 6 vezes maior que a nossa; nos Estados Unidos, 12; no Chile, 15; na Índia, 35; e, na China, 42. De uma lista com 184 países, apenas 20 se saíram pior do que o Brasil nos últimos oito anos. É o caso da República Dominicana, que cresceu 0,1% em média ao ano, e de outras 19 nações cujas economias encolheram, como Angola, Líbano e Venezuela. Os outros 163 países cresceram mais do que o Brasil, dos quais 115 num ritmo médio anual ao menos 12 vezes maior.

Imagine uma família brasileira com renda mensal de R$ 10 mil em 2013, reajustada pela variação média anual do **PIB**. Desprezada a **inflação**, ela estaria ganhando ao final do ano passado R$ 10.120. Uma família americana com a mesma renda em 2013, e reajustada pelo mesmo critério, receberia R$ 11.740 em dezembro de 2021 -já uma família indiana, R$ 15.330.

Um crescimento baixo como o registrado no Brasil nos últimos oito anos inviabiliza qualquer projeto de investimento. Os candidatos podem prometer qualquer coisa: ferrovias, hidrovias, metrô em todas as grandes cidades, escolas em tempo integral, mais policiamento. Tudo vira conversa mole porque não há dinheiro para nada.

Se assusta olhar pelo retrovisor, a taxa de crescimento de 0,16% projeta um futuro sombrio, do qual precisamos escapar. Nesse ritmo, só conseguiríamos dobrar nosso **PIB** no ano 2484 -daqui a 462 anos.

Para dar uma ideia do absurdo, vamos voltar no tempo. E voltar os mesmos 462 anos. Chegaríamos em 1560, no Brasil colônia de Mem de Sá. Pense no governador-geral declarando que o nosso **PIB** só dobraria em 2022.

Nenhum país admirável do mundo vive esse desafio. Se crescer no ritmo dos últimos oito anos, a Alemanha precisará de 65 anos para dobrar o **PIB**. Os EUA dobrarão em 36, o Chile em 29, a Índia em 13 e a China em 11. Seria difícil festejar a duplicação junto com os EUA? Não. Bastaria crescer 2% ao ano. Para comemorar a duplicação junto com a China, 6,5%.

Na segunda metade do século 19, o Brasil cresceu num ritmo modesto de 1,5% ao ano. Mas triplicou o ritmo na primeira metade do século 20. Entre 1950 e 1980, chegamos a uma média anual admirável, de 7,4%. Daí vieram a década perdida dos anos 1980 e um ensaio de recuperação, que atingiu o melhor momento entre 2001 e 2010, com média anual de 3,7%.

O crescimento médio anual do **PIB** no mundo, nos últimos oito anos, foi de 2,5%. E o Brasil não vai tirar o atraso andando na média mundial. Temos que correr mais, como fazem muitos emergentes. A Indonésia, por exemplo, cresceu em média 4% ao ano. Infelizmente, o discurso político transformou "crescimento" numa palavra sem significado.

O desafio de 2022 é dar a ela um sentido prático, que começa com a retomada das reformas e passa por uma pauta séria: busca de produtividade, abertura da economia, aumento da presença no comércio internacional, combate à instabilidade jurídica, respeito aos contratos, investimento em tecnologia. Num ambiente hostil, o mercado se retrai, os planos de investimento são adiados e o **PIB** fica como está - condenando as pessoas ao atraso.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49914&anchor=6456047&pd=ddf2d036604c7b8872dbd7e07422ec00

Suécia faz pedido para aderir à Otan, e Putin fala em reação proporcional

Igor Gielow

Confirmando as expectativas, a Suécia se uniu à Finlândia e pediu formalmente nesta segunda-feira (16) para entrar na Otan, a aliança militar ocidental criada para combater a expansão soviética na Europa Ocidental em 1949, cuja missão foi renovada pela invasão russa da Ucrânia.

"A Europa, a Suécia e o povo sueco estão vivendo agora numa nova e perigosa realidade", disse a primeira-ministra Magdalena Andersson ao Parlamento em Estocolmo. O processo de adesão dos dois novos membros, se superar a oposição já colocada pela integrante Turquia, será acelerado, afirmou a Otan.

Em sua primeira fala pública após os nórdicos confirmarem a intenção de aderir ao clube militar liderado pelos EUA, o presidente russo, Vladimir Putin, afirmou que a medida "certamente provocará nossa resposta".

"Qual resposta será... Veremos quais ameaças serão criadas para nós", disse ele, em reunião da Organização do Tratado de Segurança Coletiva, uma aliança militar vagamente semelhante à Otan, que congrega seis Estados que faziam parte da União Soviética.

A própria Andersson já indicou um caminho intermediário para não provocar ainda mais os russos. Ela afirmou que não haverá bases multinacionais da Otan ou armas nucleares em seu território, caso a inscrição seja aprovada, o que daria a medida da proporcionalidade de Putin.

A Finlândia, que tem 1.300 km de fronteira com a Rússia, deve ir pelo mesmo caminho, para atenuar a temperatura da crise. Putin, por sua vez, queixou-se de que seu país "não tinha problemas" com os dois novos candidatos a membros da aliança de 30 integrantes. O desejo da Ucrânia de entrar na Otan, estabelecendo assim forças ocidentais na maior fronteira da Rússia a oeste, foi um dos motivos centrais alegados pelo Kremlin para iniciar o que chama de operação militar especial, no fim de fevereiro.

A decisão sueca veio um dia depois de a Finlândia ratificar o pedido que havia anunciado na quinta-feira (12), embasada em um relatório supra-partidário divulgado na sexta e na mudança de posição da agremiação majoritária, o Partido Social Democrata, que pregava a neutralidade militar do país, no domingo.

Assim, 213 anos de não alinhamento na área de defesa foram deixados de lado. Já os finlandeses abandonaram a engenharia de serem ocidentais com boas relações com a Rússia, que o país operava desde o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, na qual lutaram contra Moscou.

Apesar da fala comedida de Putin, sugerindo que a ideia de colocar armas nucleares perto das fronteiras dos nórdicos talvez seja só uma ameaça, os vizinhos Dinamarca, Islândia e Noruega prometeram assistência militar caso os países sejam atacados por Moscou durante o processo de adesão ao clube militar.

O anúncio é mais retórico do que prático: Finlândia e, principalmente, Suécia são países mais capazes militarmente do que os vizinhos. Ambos inclusive já faziam parte de diversas estruturas de comunicação da Otan, com quem realizavam exercícios.

O peso militar que adicionam ao bloco é importante pela posição estratégica no mar Báltico, próximo das fronteiras russas, e, principalmente, pelo militarizado encrave de Kaliningrado, entre a Lituânia e a Polônia.

Também deve haver, claro, algum incremento no gasto militar. Vinte e nove países da Otan tinham um orçamento de defesa de US$ 360 bilhões em 2021 -os Estados Unidos, sozinhos, somavam US$ 811 bilhões à conta, de acordo com o Instituto Internacional de Estudos Estratégicos.

Finlândia e Suécia trariam 4% de aumento ao bolo extra-EUA -Helsinque gasta atualmente 2% do seu **PIB**, a meta da Otan, com defesa, enquanto Estocolmo ainda pode aumentar o 1,3% que emprega no setor. Hoje, um terço dos países do clube cumpre o requisito estipulado em 2014 para vigência até 2025.

Antes, contudo, há a Turquia. O presidente Recep Tayyip Erdogan declarou que não pode aceitar os países nórdicos porque são "hospedarias de

organizações terroristas" -no caso, opositores de seu governo. As negociações prosseguem entre os governos.

A Turquia tem um longo histórico de desavenças internas na aliança militar e é próxima, com ambiguidades, tanto de Putin quanto de Kiev.

Erdogan reafirmou sua posição nesta segunda-feira, e disse que não seria necessário prosseguir as conversas.

A aliada de Moscou China, por sua vez, de forma cifrada, afirmou que o pedido de adesão adiciona um "novo fato" às relações bilaterais. Pequim sempre se declarou contrária à expansão da Otan.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49914&anchor=6456071&pd=3538a929a829f516fe3d26fe50f9afb0

Produtividade dos trabalhadores brasileiros só cresce na agropecuária

Douglas Gavras

De um lado. o agronegócio faz a balança comercial bater recordes. De outro, a indústria perde cada vez mais espaço na economia, e o setor de serviços sofre com a sequência de crises. No meio do caminho, o trabalhador brasileiro sente como a perda de produtividade afeta os salários e os empregos.

Na comparação com a indústria e o setor de serviços, o único segmento que apresentou crescimento robusto de produtividade do trabalho nos últimos 26 anos, de 1995 a 2021, foi a agropecuária.

De 1995 a 2021, o crescimento médio da produtividade por hora trabalhada desse setor foi de 5,6% ao ano, segundo levantamento feito por pesquisadores do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas).

Em 2021, um empregado da agropecuária conseguia produzir R$ 18,60 em uma hora de trabalho, ante R$ 4,30 em 1995, na comparação com valores de 2019. No mesmo período, a produtividade da indústria diminuiu de R$ 38,80 para R$ 36,60 (retrocedendo 0,2% ao ano).

No caso do setor de serviços, que emprega mais brasileiros e é responsável por cerca de 70% das horas trabalhadas, a produtividade também ficou estagnada: passou de R$ 33.5°. em 1995, para R$37 no ano passado (aumento de 0,4% ao ano).

Os resultados refletem a piora sofrida pela economia brasileira como um todo, um cenário em que a agropecuária é um ponto fora da curva, diz o especialista em mercado de trabalho e pesquisador do Ibre Fernando Veloso.

"O país tem sérios problemas no ambiente de negócios, mudanças regulatórias frequentes e baixa qualidade de educação. São entraves que vêm de longa data e se agravaram com as renúncias tributárias e o descompasso fiscal, que inibe investimentos", diz.

Em duas décadas e meia, o maior crescimento da produtividade do trabalho na agropecuária ocorreu no período de 200 7 a 2014, de 7,5% ao ano.

Veloso complementa que não é surpreendente que a produtividade de indústria e serviços esteja estagnada. A aceleração do volume de renúncias fiscais e desonerações de setores da indústria e de serviços teve baixos resultados na preservação de empregos e reduziu a produtividade desses setores, avalia.

Durante a pandemia, após registrar um crescimento de 6,1% em2020, houve uma queda de 9,5% na produtividade por hora trabalhada da agropecuária em 2021.

Veloso lembra que a agropecuária foi menos atingida durante a pandemia do que os outros setores, mas não ficou totalmente imune à crise sanitária. "A estagnação vem de longa data, com a baixa qualidade de investimentos afetando todos os setores." Também é preciso separar o segmento informal do mercado de trabalho, de baixa produtividade e dependente de programas sociais, do lado mais produtivo do agronegócio -geralmente formado por produtores integrados às cadeias internacionais e que surfaram na alta de preços das commodities.

Com a perda de espaço da indústria e as crises sucessivas do consumo, que pesaram sobre o setor de serviços, o agro -negócio tem crescido em importância no **PIB** nacional.

Em 2021, o setor alcançou participação de27,4% no **PIB** brasileiro, a maior desde 2004, segundo o Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada, da Esalq/USP).

As atividades ligadas ao campo também superaram primeiro o nível de empregos do pré-pandemia, levando em consideração vagas formais e informais. No terceiro trimestre de 2021, a população ocupada na agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura chegou a 9 milhões -o número representa um avanço de 5 74 mil postos ante o terceiro trimestre de 2019 (8,5 milhões), antes da crise sanitária.

Ainda assim, a remuneração do trabalho no campo é mais baixa do que na indústria e nos serviços. Segundo o Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), a agropecuária paga, em média, salários 15% menores que os da indústria.

Filho de produtores de café e fundador da agrotech

(startup voltada para o agronegócio) Agrosolutions, o mineiro Eduardo Rezende, 36, viu de perto o aumento do uso de técnicas de produtividade no campo que ajudou a melhorar o desempenho do trabalhador.

"Na atividade rural, o Brasil ganhou muita produtividade nos últimos anos, em grande parte por correção de solo. Em algumas culturas, a produtividade dobrou, e a safra de um ano constantemente supera a do ano anterior. Iniciativas como a melhoria genética das plantas, o adensamento de lavoura e a manutenção preventiva ajudaram a transformar o cotidiano nas fazendas", diz.

"Mais do que pelo aumento de área, o universo agro conseguiu aumentar sua produtividade nos últimos 30 ou 40 anos, com a incorporação dessas novas tecnologias e que demandam uma mão de obra mais qualificada, dada a pressão que o agronegócio brasileiro enfrenta para se manter competitivo no mercado internacional", afirma Felippe Serigati, professor e pesquisador da FGV Agro.

Também em sua avaliação, o campo poderia ter um desempenho ainda melhor, se a produtividade da indústria não tivesse ficado estagnada.

"Se a indústria tivesse conseguido acompanhar a produtividade, as nossas exportações teriam se beneficiado com produtos de maior valor agregado. Quando a gente sai da porteira, se depara ainda com o alto custo para se produzir Brasil." O pesquisador também reconhece que instituições, como a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), tiveram um papel importante nesse aumento de produtividade do campo, ao coordenarem pesquisas que ajudaram a aumentar a produtividade e reduzir custos. "Infelizmente, não vimos isso acontecendo, de forma geral, em outros setores." Do lado oposto, a baixa produtividade de indústria e serviços é preocupante, pois o aumento da produtividade é crucial para elevação do padrão de vida do país, com o fim do bônus demográfico -quando há, proporcionalmente, um maior número de pessoas em idade ativa aptas a trabalhar. As contas dos economistas apontavam que o Brasil atingiría o topo desse patamar em 2020.

O economista Rafael Cagnin, do ledi (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento da Indústria), ressalta que a indústria é um setor intensivo em capital e que o Brasil passou por um longo período adverso para o investimento nos últimos anos, prejudicando as atividades que mais dependem de aportes para se desenvolver.

"Níveis de taxas de juros muito elevados, escassez de mecanismos de financiamento de longo prazo, um empréstimo compatível com a rentabilidade: tudo isso pesa para a indústria. O setor sofreu com a forte concorrência de produtos estrangeiros, o câmbio depreciado e o ambiente de negócios ruim do país", diz.

Cagnin complementa que também há uma situação heterogênea na indústria, com grandes empresas que conseguem se posicionar com competência na economia internacional e têm níveis de produtividade comparáveis aos de países desenvolvidos, e empresas com bens de capital obsoletos e problemas de organização em suas linhas de produção.

"Estamos atrasados na inserção da indústria no mundo. Na década de 1980, o trabalhador brasileiro tinha 46,1% da produtividade de um colega norte-americano; em 2021, esse patamar era de 25,5%, e essa curva acompanha a desindustrialização do país."

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49914&anchor=6456071&pd=3538a929a829f516fe3d26fe50f9afb0

Aposentados vivem boom econômico nos Estados Unidos

MERCADO David Streitfeld thenewyorktimes

Esta é uma era de grande divisão política e comoção cultural. Muito mais discretamente, tem sido uma época de ampla vantagem financeira para um grande número de americanos.

Para os 158 milhões que estão empregados, as perspectivas não são tão boas desde que o homem pisou na Lua. Aproximadamente a metade desses trabalhadores têm contas de aposentadoria que foram engordadas por uma alta prolongada no mercado de ações.

Existem 83 milhões de residências ocupadas pelos proprietários nos Estados Unidos. No ritmo em que seu valor tem aumentado, muitas delas são na verdade cofres dentro dos quais vivem as famílias.

Esse boom não é muito comemorado. Foi um fenômeno de construção lenta em um país onde as notícias ficam velhas em poucas horas. Aconteceu durante um período de fascínio pelos esquemas dos verdadeira mente ricos e num cenário de desigualdade crescente.

Se você não conseguiu comprar uma casa por causa dos preços em disparada, o valor crescente do patrimônio dos proprietários não serve de conforto.

O mercado de ações vacilante pode ser um sinal de que o boom está terminando. Uma economia em desaceleração, **inflação** renovada, preços elevados do gás e taxas de juros crescentes podem minar os ganhos alcançados ao longo dos anos.

Mas, por enquanto, essa enxurrada de riqueza está redefinindo discretamente a aposentadoria, ajudando a alimentar o Vale do Silício e instigando um boom de lazer e entretenimento. Está aumentando os lucros corporativos em valores sem precedentes, ao mesmo tempo que dá a quase todos a sensação de que um emprego melhor pode estar ao alcance.

Mais de 4,5 milhões de trabalhadores se demitiram em março, o número mais alto desde que o governo começou a registrar essa estatística, em 2000, informou o Departamento de Estatísticas do Trabalho. Há alguns anos, o total mensal estava entre 3 milhões e 3,5 milhões.

"Talvez seja mais fácil focar no negativo, mas um grande número de pessoas, talvez 40 milhões de famílias, vão muito bem", disse Dean Baker, economista que foi um dos fundadores do Centro de Pesquisas Econômicas e Políticas, de tendência liberal.

"Você teria que voltar ao final dos anos 1990 para encontrar uma época semelhante. Antes disso, à década de i960." Essa riqueza generalizada esclarece por que o número de trabalhadores que dizem esperar trabalhar além dos 60 anos caiu abaixo de 50% pela primeira vez. Ela é responsável pela abundância de startups de US$ 1 bilhão (R$ 5 bilhões) conhecidas como unicórnios -mais de mil hoje, contra cerca de 200 em 2015.

Ela oferece uma razão para o aumento do interesse em sindicalizar trabalhadores de empresas, da Amazon à Apple e Starbucks, pois os horistas procuram reivindicar sua parte. E ajuda a explicar por que Dwight e Denise Makinson acabaram de voltar de uma viagem de 12 dias pela Alemanha.

"Nosso patrimônio líquido atingiu o nível milionário devido aos nossos investimentos, que eram imprevisíveis quando nos casamos, há 40 anos", disse Dwight Makinson, 76, aposentado do Serviço Florestal dos EUA.

O casal, que mora em Coeur d'Alene (Idaho), tem companhia. Existem 22 milhões de milionários nos EUA, estima o banco Credit Suisse, contra menosdei5milhõesem2oi4.

"Eu usava cupons de descontos para comprar coisas. Uma das minhas filhas dizia: 'Mãe, isso é embaraçoso'", disse Denise Makinson, 66, enfermeira. "Mas acreditávamos na poupança. Agora ela também usa cupons." Toda transação econômica tem vários lados. Em 2000, ninguém achava os preços das casas especialmente baratos. Mas, nos últimos seis anos, os preços aumentaram no valor total de todas as moradias em 2000, de acordo com o índice Case-Schiller. Em muitas áreas dos EUA, tornou-se praticamente impossível para os inquilinos comprar uma casa.

Isso está fragmentando a sociedade. Mesmo que a

taxa geral de propriedade de imóveis tenha subido em 2020 para 65,5%, a taxa para os negros americanos ficou severamente atrasada: 43,4%, inferior aos 44,2% de 2010. A taxa para os hispânicos é apenas ligeiramente melhor.

Essa disparidade pode explicar a reduzida sensação de realização. "É uma época de prosperidade, uma época de abundância, mas não parece assim", diz Andy Walden, vice-presidente de pesquisa empresarial da Black Knight, que analisa dados financeiros.

Mesmo para os que estão indo bem, a economia parece precária. O venerável índice de Sentimento do Consumidor da Universidade de Michigan caiu em março para os mesmos níveis de 1979, quando a taxa de **inflação** foi de 11%, antes de subir em abril.

O surto inicial de coronavírus encerrou a mais longa expansão econômica dos EUA na história moderna após 128 meses. Então começou uma queda drástica. O governo federal interveio, distribuindo dinheiro generosamente. Os hábitos de consumo mudaram porque as pessoas ficaram em casa. A recessão terminou depois de dois meses e o crescimento foi retomado.

O presidente do Federal Reserve, Jerome Powell, alertou recentemente que havia muitos empregadores procurando poucos trabalhadores, dizendo que o mercado de trabalho está "apertado em um nível insalubre". Mas para os trabalhadores é gratificante ter vantagem ao procurar um novo cargo ou profissão.

"Tanto meu marido quanto eu conseguimos fazer mudanças de emprego que dobraram nossa renda de cinco anos atrás", disse Lindsay Bernhagen, 39, que mora em Stevens Point (Wisconsin) e trabalha numa startup. "Parece que foi principalmente sorte." Há uma década, o mercado imobiliário estava um caos. De 2007 a 2015, mais de 7 milhões de casas foram perdidas por execução hipotecária, de acordo com a Black Knight.

Hoje o contrário éverdadei-ro. As pessoas possuem muito mais casas do que tinham antes, enquanto os bancos possuem menos. Isso funciona como um escudo contra execuções hipotecárias, que em 2019 foram apenas 144 mil, de acordo com a Black Knight.

O capital disponível para proprietários de imóveis chegou a quase US$ 10 trilhões no final de 2021, o dobro do que era no auge da bolha de 2006, segundo a Black Knight. Para o americano médio que possui hipotecas, isso equivale a US$ 185 mil (R$ 940 mil). O número subiu US$ 48 mil (R$ 243,8 mil) em um ano - mais ou menos o que a família americana média ganha anualmente, segundo estimativas.

Aqueles que dão por certo um boom muitas vezes são ofuscados pela realidade. Em maio de 2000, o empresário Kurt Andersen disse que levantar dinheiro para uma startup de mídia chamada Inside foi tão fácil quanto "transar em 1969". Isso foi algumas sema na s depois que o mercado de ações atingiu o pico. Dezessete meses e uma fusão depois, a Inside fechou. (Andersen esclareceu que ele só fez sexo na década de 1970.) Em 2000, a desaceleração das startups foi o primeiro sinal deproblemas econômicos mais amplos. Desta vez, pode ser simplesmente que as pessoas estejam indo muito bem. "Famílias americanas na melhor forma em 30 anos... mas isso importa?", perguntou o Deutsche Bank em uma nota.

Sua lógica: as famílias têm mais dinheiro do que dívidas pela primeira vez em décadas, o que teoricamente é bom. Mas todo esse dinheiro está incentivando os gastos, o que impulsiona a **inflação**, o que força o Fed a aumentar as taxas de juros. O resultado: uma recessão no final do próximo ano.

Tradução Luiz Roberto M. Gonçalves

"Talvez seja mais fácil focar no negativo, mas um grande número de pessoas, talvez 40 milhões de famílias, vão muito bem. Você teria que voltar ao final dos anos 1990 para encontrar uma época semelhante. Antes disso, à década de 1960" Dean Baker economista

"Nosso patrimônio líquido atingiu o nível milionário devido aos nossos investimentos, que eram imprevisíveis quando nos casamos, há 40 anos" Dwight Makinson aposentado do Serviço Florestal dos EUA

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49914

Índia proíbe vendas de trigo ao exterior para reduzir preços domésticos

A índia proibiu as exportações de trigo no último sábado (14), depois de dizer que estava visando embarques recordes este ano, conforme uma onda de calor escaldante reduziu a produção e os preços domésticos escalaram a níveis recordes. Na foto acima, um agricultor fala ao celular enquanto seu trigo recém-colhido é descarregado de um carrinho no mercado de grãos no distrito de Amritsar, no estado de Punjab, no norte da índia. O governo disse que ainda permitirá exportações lastreadas em cartas de crédito já emitidas e também para países que solicitem suprimentos "para atender às suas necessidades de segurança alimentar". A medida não é definitiva e pode ser revisada, disseram funcionários do governo. Os compradores globais estavam apostando no fornecimento do segundo maior produtor de trigo do mundo depois que as exportações da região do mar Negro caíram após a invasão da Ucrânia pela Rússia em 24 de fevereiro. Antes da proibição, a índia pretendia embarcar um recorde de 10 milhões de toneladas neste ano.

O aumento dos preços de alimentos e energia empurrou a **inflação** anual no varejo da índia para perto do maior nível em oito anos em abril, fortalecendo as expectativas de que 0 banco central aumentará as taxas de juros de forma mais agressiva. Os preços do trigo na índia subiram para patamares recordes, em alguns mercados spot atingindo 25 mil rupias (US$ 320, R$ 1.634) portonelada, bem acima do preço mínimo do governo de 20.150 rupias.

Rajendra Jadhav, Mayank Bhardwaj e Nigam Prusty, da Reuters

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49914

Sem alternativa, população de baixa renda do DF sofre com a inflação

Osalário dos brasileiros tem sofrido com a **inflação** e para os brasilienses não é diferente. O Distrito Federal registrou, em abril, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), 1, 21%. Foi a maior **inflação** para o mês desde abril de 1996, quando o registro foi de 1,26%. Segundo pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o DF teve a terceira maior **inflação**, só perdendo para o Rio de Janeiro com 1,39%, e Aracaju com 1,36%.

Foram pesquisados nove grupos de produtos e serviços em Brasília, e destes, oito tiveram alta. O maior aumento foi no setor de transportes, com 3,35%.Opreço do combustível, que aumentou 6,12% este ano, foi o maior influenciador nos resultados altos.

Segundo o economista do Conselho Regional de Economia do DF, Guid Borgongne, Brasília é muito desigual quando levada em consideração as questões financeiras da população. "É o local mais desigual do país e **inflação** corrói pesadamente a renda das pessoas que fazem parte da camada de baixa renda", destaca.

O especialista aponta que a única alternativa é a redução do consumo e a abdicação de determinados produtos, inclusive os mais básicos.

"Dessa forma, essa faixa de baixa renda fica basicamente sem alternativas", ressalta. Já as população de alta renda têm a oportunidade de abrirmão de produtos de luxo, diminuir a ida a restaurantes e reduzir as atividades de lazer. Guid relata que os supermercados estão priorizando os produtos mais básicos, chegando até fazer estoque. "É um cenário muito ruim. Significa que, na prática, se alguém recebe R$ 2 mil por mês, e tem como **inflação** anual de 12%, que é a taxa nacional atual, então ele perdeu R$ 240 reais de renda no a no ", exemplifica. O especialista ressalta que a **inflação** em abril foi de 1,06%, e cita que uma pessoa que tinha uma renda de R$ 2 mil perdeu cerca de R $20 reais no mês.

"É um problema da economia brasileira, mas também é um problema externo. Temos um problema de oferta, vinculado à economia internacional, com questões envolvendo a pandemia e ainda o que a guerra da Ucrânia ocasionou, que foi um aumento no preço do barril de petróleo", comenta o especialista.

Sobre o petróleo, utilizado em massa ao redor do mundo para diversas atividades essenciais, o economista explica: "Não é problema de demanda, de excesso de demanda, do pessoal estar com muita renda, dinheiro disponível para comprar.

O problema é a insuficiência de oferta. E na parte interna da economia brasileira, o problema é que quemvende o produto, entrega ao setor de serviços, e ele tem a alternativa de exportar", afirma.

Imposto de exportação é um caminho

É o mesmo caso dos produtores de soja, que preferem exportar o produto ao invés de entregar ao mercado interno. "Estou dando exemplo de soja, mas está acontecendo com o arroz, por exemplo. A produção de arroz no Brasil é o limite do que tem entre a demanda e a oferta. E os produtores estão escolhendo exportar o arroz, o que gera uma pressão de preço também", indica.

E como a população não tem muita saída, a não ser cortar de gastos, o trabalho cabe ao governo. "Se observarmos o governo de outros países, os nossos produtos que são exportados não são tributados. O ideal seria que o governo estabelecesse um imposto sobre a exportação, e assim o mercado interno ficaria mais aquecido", salienta.

Guid acredita que essa medida traria um bom efeito nesse momento da **inflação**. "Aqui no Brasil, sem essa tributação, é preciso pensar em voltar a ter uma política de segurança, de estoque regulador.

Sem isso, os preços vão continuar subindo. E quem mais sente são as camadas de baixa renda", finaliza.

Site: https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp_site/issue-ae0de04da95f06c3c85934ea84bcccc0.pdf

Bolsonaro afirma que haverá mais mudanças na Petrobras

EDUARDO GAYER

O presidente Jair Bolsonaro acenou ontem para a possibilidade de mais mudanças na Petrobras.

"Tem mais coisa para acontecer na questão da Petrobras.

Já sabem o que está acontecendo.

Não vou entrar em detalhes, está sempre fazendo alguma coisa para buscar alternativa", declarou o chefe do Executivo a apoiadores em frente ao Palácio da Alvorada.

Como mostrou reportagem do Estadão, o presidente da Petrobras, José Mauro Ferreira Coelho, passa por um processo de fritura no governo apenas um mês após assumir o cargo. Ele é ligado ao ex-ministro de Minas e Energia Bento Albuquerque, demitido por Bolsonaro na semana passada após um novo reajuste dos combustíveis - os constantes aumentos têm sido motivo de desgaste de Bolsonaro, que tenta a reeleição em outubro.

As declarações do presidente foram feitas pela manhã, em Brasília, antes da viagem do presidente a São Paulo, mas só divulgadas à tarde por um canal bolsonarista no You- Tube - o material que foi ao ar foi editado.

Bolsonaro voltou a criticar a empresa por seus lucros e sua política de preços. "Com toda certeza vamos entrar na Petrobras nessas questões também.

Não é possível petrolífera dar 30% de lucro enquanto as outras dão no máximo 15%, para atender a interesses não sei de quem", disse aos simpatizantes em frente ao Palácio do Alvorada, onde para diariamente para falar com apoiadores.

'FIM SOCIAL'. Na avaliação do chefe do Executivo, "todo mundo tem de colaborar" e a Petrobras precisa exercer sua função social. "Todo mundo tem de colaborar, não é ganhar mais dinheiro na crise. É o que infelizmente alguns setores fazem, como a própria Petrobras.

'Ah tem o estatuto'. Estatuto está acima da lei, não está acima da Constituição. Então, tem o fim social da empresa. O que está em jogo é o futuro do Brasil", disse.

O presidente também disse esperar redução no ICMS incidente sobre combustíveis nos Estados após o ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), atender ao pedido do governo e suspender a forma de cobrança do imposto pelos governadores. Na semana passada, a Petrobras aumentou o valor do diesel na refinaria em 8,87%. No acumulado em 12 meses, o combustível já subiu 52,53%, ante 12,05% da **inflação** oficial.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

China dá novos sinais de desaquecimento por causa da covid

Dados divulgados ontem pelo Escritório Nacional de Estatísticas (NBS, na sigla em inglês) mostram novos sinais de desaquecimento econômico na China. As vendas no varejo recuaram 11,1% em abril em relação ao mesmo mês do ano passado, enquanto a produção industrial caiu 2,9%. O país asiático tem praticado tolerância zero contra a covid-19, com cidades fechadas.

A desaceleração da economia chinesa tem impacto no Brasil. A dificuldade de importar produtos da China, principalmente insumos para a indústria, deve contribuir para manter a **inflação** em alta.

Outro setor que recuou no país asiático foi o imobiliário, com as vendas de moradias caindo 32,2% no primeiro quadrimestre na comparação com o mesmo período do ano passado.

O resultado mostrou piora em relação ao declínio de 25,6% no primeiro trimestre.

O desemprego urbano subiu para 6,1%, um pouco abaixo da alta histórica de 6,2% registrada em fevereiro de 2020, quando o país foi atingido pelos surtos iniciais de covid-19.

REAÇÃO. Uma autoridade do gabinete chinês diz que, apesar dos dados negativos, a economia chinesa está se reanimando à medida que restrições contra o coronavírus são relaxadas e Xangai começa a reabrir negócios.

O chefe do Escritório Nacional de Estatísticas, Fu Linghui, disse que cerca de metade das 9 mil maiores indústrias de Xangai retomou as operações. Desde ontem, supermercados, centros comerciais e restaurantes também voltaram a funcionar, de forma gradual.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

'Risco é que a inflação global continue em alta'

Diretor-geral adjunto do Banco de Compensações Internacionais (BIS, uma espécie de banco central dos bancos centrais), Luiz Awazu Pereira da Silva vê como risco mais importante de longo prazo a **inflação** se tornar sistemicamente mais elevada, o que levaria a uma mudança de "regime inflacionário", saindo do período que ficou conhecido como a "grande moderação". "Se a dose de aperto (alta dos juros) for insuficiente, ou se políticas fiscais inconsistentes forem adotadas, a **inflação** pode se consolidar nas expectativas de todos e virar um problema bem maior", diz ele, que foi diretor do Banco Central e secretário no Ministério da Fazenda.

A seguir, os principais trechos da entrevista: Em que medida a **inflação** no mundo pode ser importada pelos países emergentes neste ano?

O retorno da **inflação** tem sido um fenômeno global. Ganhos de eficiência mundial que reduziam custos locais foram revertidos depois da pandemia. Somente na Ásia a **inflação** permaneceu relativamente moderada, pelo menos até recentemente, pois nos últimos meses houve retomada importante na maioria dos países, com exceção da China e do Japão. Em três de cada quatro economias avançadas, a **inflação** ultrapassa 5%. Em mais da metade dos mercados emergentes, está acima de 7%.

Quais os riscos à frente?

A **inflação** pode permanecer alta para além deste ano, por causa de problemas na oferta e na produção. O conflito na Ucrânia poderá causar novos aumentos de preços de energia, alimentos e outras commodities, o que levaria a novas altas em preços de bens e serviços.

Se houver novos lockdowns na China, isso causaria problemas adicionais nas cadeias globais de produção. O risco mais importante de longo prazo é o de a **inflação** se tornar sistemicamente mais elevada, levando a uma mudança de paradigma ou de regime inflacionário, saindo do período que ficou conhecido como a "grande moderação".

Quando a **inflação** é baixa e estável, naturalmente chama menos atenção e sua influência sobre a formação de salários e preços é menor.

Mas, se a alta de preços se torna mais generalizada, esta dinâmica pode mudar, levando a uma espiral inflacionária em que altas de preços e salários se retroalimentam.

Como equilibrar esse dilema, entre mais **inflação** ou uma possível recessão?

Se os bancos centrais não conseguirem calibrar a sua dose certa de aperto monetário, no tempo certo, para tentar conter tendências inflacionárias de curto prazo, podem acabar induzindo uma queda excessiva de atividade e até uma recessão.

E isso deve ser evitado. Se a dose de aperto for insuficiente, ou se políticas fiscais inconsistentes forem adotadas, a **inflação** pode se consolidar nas expectativas de todos e virar um problema bem maior.

O fluxo de recursos estrangeiros para os emergentes é crescente. Isso vai seguir?

O volume de capital que ia para a Rússia antes da guerra já era muito pequeno. As estatísticas do BIS mostram que os bancos já haviam reduzido pela metade sua exposição àquele país desde 2014. O benefício para outros países desse potencial redirecionamento de fluxos não é significativo. Mais significativo, a longo prazo, é a queda potencial de fluxos de capital para outros países. Não é impossível que, em um mundo geopoliticamente mais fragmentado, os fluxos de comércio e capital se alterem. Alguns mercados emergentes vão sair perdendo, e outros podem se beneficiar.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Dívida pública brasileira arrefece

CONTAS Brasília - A dívida pública brasileira continuou em trajetória de queda na proporção com o Produto Interno Bruto (**PIB**) em março. Dados divulgados ontem pelo Banco Central (BC) mostraram que a Dívida Bruta do Governo Geral fechou o terceiro mês do ano em R$ 7,009 trilhões ou 78,5% do **PIB**. O percentual divulgado pelo Banco Central ficou menor que os 79,2% de fevereiro. No melhor momento da série, em dezembro de 2013, a dívida bruta chegou a um índice de 51,5% do **PIB**.

A Dívida Bruta do Governo Geral, que abrange o governo federal, os governos estaduais e municipais, excluindo o Banco Central e as empresas estatais, é uma das referências para a avaliação, por parte das agências globais de classificação de risco, da capacidade de solvência do país. Na prática, quanto maior a dívida, maior o risco de calote por parte do Brasil.

O Banco Central informou ainda que a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) passou de 57,1% para 58,2% do **PIB** em março. A DLSP atingiu R$ 5,198 trilhões. A dívida líquida apresenta valores menores que os da dívida bruta porque leva em consideração as reservas internacionais do Brasil.

Site:
https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/index.jsp?serviceCode=login&edicao=10341

Mais de 200 entidades assinam documento em defesa de eleição

Um grupo de mais de 200 entidades e organizações da sociedade civil, batizado de "Coalização para a Defesa do Sistema Eleitoral", entregou ontem ao presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Edson Fachin, uma carta em reação aos ataques do presidente Jair Bolsonaro e de seus aliados ao processo eleitoral. As entidades dizem que não vão aceitar "a condição de reféns de chantagens e ameaças de ruptura institucional após pouco mais de três décadas em que a normalidade democrática foi restabelecida em nosso país, com o custo de muitas vidas, sofrimentos, privações e lutas".

"Tais agressões, bravatas e afirmações desprovidas de respaldo técnico, científico e moral, servem a um único propósito: o de gerar instabilidade institucional, disseminando a desconfiança da população brasileira e do mundo acerca da correção e regularidade das eleições brasileiras, e, por consequência, desacreditar o próprio país, como nação democrática, colocando em xeque a segurança jurídica, em momento especialmente delicado, em que se faz essencial a tranquilidade e a isenção de ânimos, para que o processo eleitoral transcorra sem sobressaltos ou atos de violência", afirmam as entidades .

"Eleições conturbadas" O documento foi entregue no mesmo dia em que o presidente Bolsonaro voltou a levantar suspeitas sobre as eleições, em evento da Associação Paulista de Supermercados (Apas). "Vocês (supermercadistas) foram excepcionais nessa pandemia, mas tudo pode acontecer.

Poderemos ter outra crise. Podemos ter eleições conturbadas. Imagine acabarmos as eleições e pairar para um lado, ou para o outro, a suspeição de que elas não foram limpas? Não queremos isso", disse. "Só Deus me tira de lá (Presidência). Não adianta inventar canetada." Em discurso com palavrões, o presidente voltou a dizer que as eleições não podem ter qualquer suspeição. "Já vi falando que eu vou perder a eleição, vou perder minha família toda. Tá achando que vai me intimidar, dando recado? Ou nós decidimos no voto, pra valer, contabilizado, auditado, ou a gente se entrega. E se entregar, vocês vão dar 50 anos ou mais pra voltar à situação que está hoje em dia", afirmou. Ele rechaçou ser um ditador.

No discurso, Bolsonaro reconheceu o impacto da **inflação** na disputa pelo Palácio do Planalto. "Uma parte da população não sabe ver diferença. Olha na ponta da linha como está o preço na gôndola do supermercado e vota de acordo com o que está vendo, achando que vai voltar o diesel a R$ 3, a lata de óleo a R$ 5?", ressaltou o presidente.

Bolsonaro, no entanto, voltou a jogar a culpa da **inflação** na crise econômica que, segundo ele, foi causada pela pandemia da co-vid-19, e nas medidas de isolamento para prevenção do novo coronavírus.

Ele afirmou que está "buscando uma solução" para o preço dos combustíveis. "O mundo árabe nos adora, a recíproca é verdadeira", disse.

"Tentam nos roubar agora" Bolsonaro também comparou o momento atual com 1964, ano do golpe militar, para dizer que a liberdade está ameaçada no País.

"O que tentaram nos roubar em 64 tentam nos roubar agora. Lá atrás, pelas armas, hoje pelas canetas", afirmou o presidente em um evento ontem, em São Paulo. "A liberdade é mais importante que a nossa própria vida." Brasileiros viviam melhor Em conversa a seus poiadores em frente ao Palácio da Alvorada, o presidente Bolsonaro afirmou ontem concordar que, no governo do ex-presidente Lula, os brasileiros viviam melhor. "Falaram: "no tempo dele (Lula), o povo vivia um pouco melhor do que hoje". É lógico que vivia, concordo! Temos um pós-pandemia, do "fique em casa", economia a gente vê depois, uma guerra, entre outros problemas", afirmou Bolsonaro.

O comentário ocorreu em um momento em que ele acusava a gestão dos ex-presidentes Lula e Dilma Rousseff de corrupção. E afirmou que a vida poderia ter sido ainda melhor se não houvesse desvio de recursos públicos. "Mas lá atrás, se se vivia melhor, poderia ter vivido muito, mas muito melhor ainda se não tivesse roubado tanto", afirmou.

Site:
https://correiodigital.rac.com.br/jornal.php?id=2022-05-17

Quatro em cada dez brasileiros estão negativados

A Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) estimam que quatro em cada dez brasileiros adultos (38,45%) estavam negativados em abril de 2022 - o equivalente a 61,94 milhões de pessoas. No último mês, o volume de consumidores com contas atrasadas cresceu 5,59% em relação ao mesmo período do ano anterior, segundo o levantamento.

Com base nos dados disponíveis em sua base, que abrangem informações das capitais e do interior dos 26 Estados e o Distrito Federal, a CNDL e o SPC Brasil informam que a variação anual observada em abril deste ano ficou abaixo da observada no mês anterior. Na passagem de março para abril, o número de devedores cresceu 0,46%.

Para o presidente da CNDL, José César da Costa, as consequências da pandemia no crescimento econômico impactam diretamente no aumento da inadimplência. "O desemprego elevado é, sem sombra de dúvidas, um dos grandes desafios a serem enfrentados pelo país e isso está ligado diretamente ao retorno do crescimento econômico, que ainda não alavancou. A renda da população foi fortemente afetada pela pandemia, e isso, somado ao aumento da **inflação**, contribui para a piora da inadimplência'," aponta.

Em média, cada consumidor negativado devia R$ 3.518,84 na soma de todas as dívidas. Considerando todas essas dívidas, cada inadimplente devia, em média, para 1,87 empresas credoras.

Destaca-se a evolução das dívidas com o setor de Bancos, com crescimento de 18,75%, seguido de água e Luz (7,92%). Em outra direção, as dívidas com o setor credor de Comunicação (-9,53%) e Comércio (-4,20%) apresentaram queda no total de dívidas em atraso.

Em termos de participação, o setor credor que concentra a maior parte das dívidas é o de Bancos, com 57,93% do total de dívidas. Na sequência, aparece Comércio (14,01%), o setor de água e Luz (11,29%) e Comunicação (9,60%).

Site: https://digital.dm.com.br/#!/view?e=20220517&p=1

Vendas de usados recuaram 7,6% em abril

MICHELLE VALVERDE

A venda de carros seminovos e usados, em Minas Gerais, caiu 7,6% em abril, se comparado com março. A cautela do consumidor aliada ao aumento das taxas de juros e os preços elevados dos veículos são fatores que interferem nas negociações. Na comparação com abril de 2021, a comercialização retraiu 24% e no acumulado do ano já estão 26,6% menores. As estimativas para o setor são cautelosas, se por um lado a falta de veículos novos estimula a demanda pelos seminovos e usados, por outro, a **inflação** e os juros elevados, o processo eleitoral e o encarecimento dos veículos podem impactar de forma negativa nas vendas.

De acordo com os dados da Federação Nacional das Associações dos Revendedores de Veículos Automotores (Fenauto), em abril, foram vendidos 108.042 veículos no Estado, volume 7,6% inferior ao registrado em março (116.879). O volume também ficou abaixo de abril de 2021, 24%, quando foram vendidas 142.181 unidades.

Em Minas, com o resultado de abril, no acumulado do ano, as vendas já somam 430.309 unidades, volume que está 26,6% menor que o registrado nos primeiros quatros meses de 2021, quando a comercialização somou 586.097 veículos seminovos e usados.

No Brasil, o cenário também é de retração. Na comparação de abril com março, o resultado recuou 13,6%, fechando o mês com um total de 939.182 unidades comercializadas, contra 1,086 milhão de unidades. O total de vendas acumuladas no quadrimestre alcançou a marca de 3,70 milhões de veículos, contra 4,70 milhões em 2021, retração de 21,2%.

Em nota, o presidente da Fenauto, Enilson Sales, ressaltou que ainda há um movimento de cautela por parte dos consumidores.

"De uma maneira geral, o consumidor ainda está cauteloso em suas decisões de compra e endividamento, observando o desempenho da economia, crescimento da **inflação**, taxa de juros e o oferecimento de crédito. Mas acreditamos que o desempenho das vendas deve se manter estável até o final do ano", explicou.

Segundo o diretor de Planejamento e Marketing da Associação dos Revendedores de Veículos no Estado de Minas Gerais (Assovemg) e diretor comercial da Auto-Maia Veículos, Flávio Maia, as quedas vistas nas vendas frente a abril de 2021 e no também no acumulado do primeiro quadrimestres já eram esperadas pelo setor.

"No início de 2021, as vendas de veículos usados e seminovos foram fora do padrão e muito superiores ao que o setor registrou nos últimos anos. Com a pandemia, o veículo próprio virou uma barreira sanitária e quem podia comprar, comprou. Como ano passado as vendas foram muito superiores ao normal, esperávamos queda este ano".

Ainda segundo Maia, a alta dos juros e a **inflação** elevada são fatores que interferem nas vendas dos veículos novos e seminovos, mas, a demanda ainda existe.

"A Selic em 12,75% realmente faz as parcelas subirem. Muitos não deixam de comprar, mas aumentam o número de parcelas. Os preços dos veículos seminovos e usados também continuam subindo. Mas, os clientes que têm intenção de comprar estão aproveitando o momento, antecipando uma nova alta".

Em relação aos próximos meses, Maia explica que é difícil estimar os rumos do mercado de seminovos e usados. Se por um lado a falta de componentes que vem comprometendo a oferta de carros zero, o que tende a se complicar ainda mais com o lockdown na China, estimula a venda dos usados e seminovos, por outro as incertezas em relação à **inflação**, a realização das eleições e os juros altos podem interferir de forma negativa nas vendas.

"É difícil prever o desempenho do setor nos próximos meses, mas, nossa expectativa é que o mercado se estabilize ou fique um pouco acima do ano anterior".

Mineração 4.0 e os desafios para operações mais sustentáveis (Artigo)

No Brasil, o setor de mineração marcou um crescimento de 62% no faturamento em 2021, em comparação com o ano anterior. Significa que a alta foi de R 339 bilhões, segundo dados do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) de fevereiro de 2022. Com isso, vem a grande questão, como manter a contínua expansão e inovar nos métodos e processos utilizados na cadeia dessa indústria? Para responder a essa pergunta, primeiramente precisamos saber que a tecnologia é uma grande aliada para tornar as atividades mais eficientes, seguras e sustentáveis.Entre 2015 e 2019, os rompimentos de duas barragens de rejeitos em Minas Gerais, e que foram decorrentes das atividades da mineração, geraram impactos sociais e ambientais na região. Nestes casos, os rompimentos poderiam ter sido evitados com o uso de softwares de monitoramento de imagens das superfícies com alertas de eventuais movimentos irregulares da terra. Este é um dos exemplos de como as inovações podem ser utilizadas para a modernização do setor.A transformação deste segmento é mais do que necessária e, para que ocorra, deve ser capaz de diminuir os aspectos negativos que impactam ambientalmente e em larga escala. Trata-se de um dos setores-chave da economia brasileira, o que corresponde a cerca de 2,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro, de acordo com o levantamento do Ibram. O mercado já oferece várias soluções que contribuem para revolucionar a área a partir da automação e gestão inteligente de processos com a análise de dados, inteligência artificial, Internet of Things (IoT) e realidade virtual.Apesar de todo o incremento tecnológico, haverá desafios em relação ao processamento, armazenamento e análise de uma quantidade crescente de dados por ser um setor que atua em áreas críticas, usa veículos pesados e movimenta muitos volumes de cargas por longas distâncias. Indo além desses obstáculos, a mineração tem sido impactada por fatores de sustentabilidade que têm estimulado as companhias a adaptarem suas operações às diversas tendências de digitalização que vão ocorrer ao longo desta década.Tendências para o setor de mineração - O avanço das tecnologias nessa área foi abordado no relatório "Mine 2021: Great Expectations, Seizing Tomorrow" da PwC, de 2021, com informações envolvendo as 40 maiores mineradoras do mundo. O material aponta que as empresas precisarão ter planejamento, governança e estruturas de segurança cibernéticas bem definidas para garantir a transformação digital em suas operações. E cita, ainda, dados de previsão do Fórum Econômico Mundial sobre 67% das tarefas repetitivas e manuais, e 60% das tarefas que envolvem mão de obra, serem automatizadas até 2025. Inteligência local - Os investimentos em inovação por parte das mineradoras ocorrem em um período de fortes perspectivas de crescimento para o setor devido à grande demanda por minerais que são necessários em áreas de ampla expansão, como energia renovável, veículos elétricos e sistemas de armazenamento de energia.Essa transformação digital do setor tem demandado ferramentas inteligentes que se adequem às características dessa indústria, como é o caso das soluções de Edge Computing. Como as operações geralmente ocorrem em áreas remotas e críticas, o processamento, armazenamento e análise de dados realizado localmente se encaixam às necessidades para esse tipo de serviço.Em relação aos veículos autônomos, essa tecnologia é um diferencial para a otimização de rotas e logística que vão impactar positivamente os custos operacionais. Ao transportar commodities, como minério de ferro e carvão, por exemplo, o rastreamento dos materiais é vital para aperfeiçoar a operação sem incidir em erros ao longo da cadeia.Além disso, a computação de borda auxilia no planejamento de rotas dos caminhões para evitar ociosidade. Por ser uma operação que envolve vários veículos, o processamento e análise local de dados evita a ocorrência de filas no descarregamento dos materiais, o que gera economias significativas para a companhia.Essa inteligência proporcionada pela tecnologia às áreas críticas de atuação das mineradoras também tem um papel fundamental em tornar as operações mais sustentáveis. Ao tornar as atividades mais coordenadas, se reduz bruscamente o consumo de energia local, que é baseada em geradores a diesel, um dos grandes vilões da área por conta das emissões associadas a esse combustível. Nesta que será a década mais desafiadora para a indústria de mineração por conta das transformações do setor, o uso de tecnologias para adaptar as atividades às demandas do mercado será essencial para as companhias. Da implementação de veículos autônomos à gestão inteligente e integrada de toda a cadeia, passando pelo processamento e análise de dados localmente, as inovações tornam-se base para as mineradoras estarem em linha com as novas práticas do mercado com operações mais eficientes e sustentáveis.* Vice President Solutioning, Commercial

Sales Marketing Latam da green4T. E-mail: marketing@green4t.com

Setor público registra superávit de R$ 4,3 bilhões

Brasília - As contas públicas do setor público consolidado, formado por governo federal, estados, municípios e empresas estatais, registraram superávit primário de R$ 4,3 bilhões, ante superávit de R$ 5 bilhões em março de 2021, informou ontem o Banco Central (BC). Apesar do resultado, as contas do governo central, que reúne Previdência, Banco Central e o Tesouro Nacional, ficaram deficitárias em R$ 7,8 bilhões no mês. Já os governos regionais e as empresas estatais registraram, na ordem, superávits de R$ 11,9 bilhões e R$ 242 milhões no mês.

De acordo com o relatório divulgado ontem, nos 12 meses encerrados em março, o superávit primário do setor público consolidado atingiu R$ 122,8 bilhões, equivalente a 1,37% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

O resultado primário é formado pelas receitas menos os gastos com juros, sem considerar o pagamento de juros da dívida pública. Assim, quando as receitas superam as despesas, há superávit primário.

Juros - Os gastos com juros nominais do setor público consolidado atingiram R$ 30,8 bilhões em março de 2022, frente a R$ 49,5 bilhões em março de 2021. De acordo com o BC, o resultado das operações de swap cambial contribuiu para essa redução, "mais do que compensando os aumentos ^ da taxa Selic e do IPCA [Índice de Preços ao Consumidor Amplo] no período".

O swap cambial é a venda de dólares no mercado futuro. Os resultados dessas operações são transferidos para o pagamento dos juros da dívida pública, como receita, quando há ganhos, e como despesa, quando há perdas.

Essas operações registraram perda de R$ 16,6 bilhões em março de 2021 e ganho de R$ 40,3 bilhões em março de 2022. No acumulado em 12 meses até março deste ano, os juros nominais somam R$ 403,8 bilhões (4,52% do **PIB**), comparativamente a R$ 309,9 bilhões (4,03% do **PIB**) nos 12 meses até março de 2021.

O BC informou que o resultado nominal do setor público consolidado, que inclui resultado primário e os juros nominais apropriados, foi deficitário em R$ 26,5 bilhões em março. No acumulado em 12 meses, o déficit nominal alcançou R$ 281,1 bilhões, o equivalente a 3,15% do Produto Interno Bruto (**PIB**), reduzindo-se 0,24 ponto percentual em relação ao déficit acumulado até fevereiro de 2022.

Dívida pública - A Dívida Líquida do Setor Público (balanço entre o total de créditos e débitos dos governos federal, estaduais e municipais) fechou o mês de março em R$ 5,2 trilhões, o que corresponde a 58,2% do **PIB**, elevando-se 1,1 ponto percentual do **PIB** no mês.

"Esse resultado refletiu, sobretudo, os impactos da valorização cambial de 7,8% (aumento de 1,1 ponto percentual), dos juros nominais apropriados (aumento de 0,3 ponto percentual), do efeito da variação da cesta de moedas que compõem a dívida externa líquida (aumento de 0,2 ponto percentual), e do efeito do crescimento do **PIB** nominal (redução de 0,6 ponto percentual)", disse o BC.

Já a Divida Bruta do Governo Geral (DBGG) - que contabiliza apenas os passivos dos governos federal, estaduais e municipais -chegou a R$ 7 trilhões ou 78,5% do **PIB** em março de 2022, redução de 0,8 ponto percentual do **PIB** em relação ao mês anterior. (ABr)

Ibovespa começa a semana em alta de 1,22%

São Paulo - O principal índice da bolsa brasileira subiu ontem, engatando a quarta alta consecutiva, com suporte de bancos, Vale e Petrobras, ainda que Wall Street tenha tido sessão sem direção comum.

JBS e Hapvida ficaram entre as principais quedas do índice.

O Ibovespa subiu 1,22%, a 108.232,74 pontos. O volume financeiro da sessão foi de R$ 24,3 bilhões.

"Ibovespa teve sustentação de empresas de commodities e bancos e acabou segurando bem, enquanto lá fora sessão está mais instável", diz Rodrigo Crespi, da Guide Investimentos.

Em Nova York, os principais índices de ações fecharam em direções opostas, com queda do Nasdaq e do S P 500 e alta marginal do Dow Jones. O mercado norte-americano repercutiu negativamente os dados fracos de atividade na China e seus potenciais impactos globalmente.

A China viu as vendas no varejo e a produção das fábricas surpreenderem analistas em abril com as maiores quedas desde o início de 2020, em meio a lockdowns severos no país. Mesmo assim, o banco central da China manteve a taxa de juros de médio prazo, como esperado. Ao mesmo tempo, a cidade de Xangai definiu planos para o fim do lockdown a partir de junho.

No Brasil, o diretor de política monetária do Banco Central, Bruno Serra, disse preferir um cenário de taxa de juros parada num patamar alto por mais tempo para atingir a meta de **inflação**, mas que nem sempre isso é possível, em meio a especulações sobre os próximos movimentos do BC no combate à **inflação**.

Destaques - Vale ON subiu 3% e CSN ON liderou alta entre siderúrgicas com ganhos de 2,7%, após os contratos futuros do minério de ferro avançarem 3,9% em Dalian, diante de preocupações com a oferta, redução dos estoques e flexibilização de restrições relacionadas à Covid-19 na China.

Petrobras PN ganhou 1%, diante de alta do petróleo. PetroRio ON caiu 0,1% e 3R Petroleum ON cresceu 1,8%.

Bradesco PN exibiu alta de 1,7% e Santander Brasil Unit evoluiu 2,6%, liderando ganhos entre grandes bancos.

JBS ON caiu 1,9%, Minerva ON cedeu 2%. Marfrig ON avançou 0,4%.

Nubank desabou 9,8% em Nova York antes de publicar resultados. A partir de terça-feira, investidores que ainda não podiam negociar ações do banco em bolsa, devido à restrição ligada à oferta inicial de ações (IPO), no final de 2021, serão liberados a vender os papéis caso assim desejem.

Cosan ON perdeu 1,1%, após anunciar queda de 38,4% no lucro líquido do primeiro trimestre ante mesmo período do ano anterior, em função do aumento nas despesas financeiras em todos os negócios do grupo.

Cemig PN apontou valorização de 1,6%, após divulgar crescimento de 245% no lucro líquido entre janeiro e o fim de março, em resultado impulsionado principalmente pelo resultado financeiro.

Enenva ON expandiu 5,2%, terceira alta seguida. A companhia divulgou mais cedo os resultados de relatórios de auditoria de reservas e recursos do Campo de Azulão e da Descoberta de Anebá, na Bacia do Amazonas. A empresa havia anunciado resultado trimestral na quinta-feira. Cyrela ON escalou 3,5%, ainda que lucro líquido da construtora tenha caído 15,9% no primeiro trimestre. (Reu-ters)

Cotação do dólar à vista recua para R$ 5,05

São Paulo - O dólar oscilou ao longo de todo o pregão de ontem, mas acabou fechando as operações no mercado à vista em queda apenas leve. A aceleração das perdas da moeda no exterior na parte da tarde ajudou a atrair vendas por aqui, mas o mercado evitou embarcar numa ampla busca por risco ainda sob cautela depois da divulgação de fracos dados da China.

O dólar spot caiu 0,14%, a R$ 5,0507 na venda, menor valor desde 5 de maio (R$ 5,0166).

Na B3, às 17:25 (de Brasília), o contrato de dólar futuro de primeiro vencimento caía 0,15%, a R$ 5,0805.

"O real provavelmente será negociado lateralmente (intervalo de R$ 5,03 a R$ 5,30)", disseram em relatório estrategistas do Société Générale.

De fato, a divisa tem operado dentro de uma faixa delimitada por fortes suportes e resistências. Na ponta de cima estão a média móvel de 100 dias (em torno de R$ 5,15) e as taxas perto de R$ 5,16 e R$ 5,23 -- níveis de retrações de Fibonacci, ferramenta de análise técnica. Embaixo, há suportes na casa de R$ 5,02 e R$ 4,99.

A máxima e mínima recente do dólar estão em R$ 5,2110 (de 12 de maio) e R$ 5,0314 (-0,52%), de ontem.

Na máxima, alcançada ainda pela manhã, a cotação foi a R$ 5,105, alta de 0,93%. Mas a partir do começo da tarde ativos que se beneficiam da demanda por risco começaram a se recuperar no exterior.

O dólar australiano, por exemplo, que chegou a cair quase 1% na sessão, no fim da tarde subia 0,4%. O índice do dólar frente a uma cesta de divisas fortes caía 0,3%, após subir 0,2% na máxima.

O real compartilha com a moeda australiana um maior beta - ou seja, maior sensibilidade - à China, cujos dados mais cedo não trouxeram bons presságios. As atividades de varejo e industrial no país caíram acentuadamente em abril, com os extensos bloqueios contra a Covid-19 confinando trabalhadores e consumidores em suas casas.

Dados fracos no país -voraz consumidor de commodities e maior destino das exportações brasileiras - são vistos como sinal de menor dinamismo econômico em todo o mundo, o que eleva os já presentes riscos de recessão global ou mesmo estagflação - cenário em que o dólar se fortalece.

O diretor de Política Monetária do Banco Central, Bruno Serra, disse em evento ontem que a recente depreciação do real refletiu impacto da desaceleração da China, que enfrenta uma onda de Covid-19, e do aperto monetário implementado nos Estados Unidos -- com efeito maior da China -, ponderando haver incertezas no médio prazo.

"Um dólar forte, um Fed hawkish (duro na política monetária) e riscos globais de estagflação, bem como piora nos termos de troca e riscos fiscais persistentes, manteriam o real mais fraco", disseram em relatório estrategistas do Société Générale.

Eles ponderam, contudo, que o Banco Central deve continuar a elevar os juros, deixando a taxa em 13,75% (está em 12,75%), o que deve oferecer "algum suporte" ao real. (Reuters)

BC: decisão sobre Selic precisa ser razoável

Brasília - O diretor de Política Monetária do Banco Central, Bruno Serra, disse ontem preferir um cenário de taxa de juros parada em um patamar alto por mais tempo para atingir a meta de **inflação**, mas ponderou que nem sempre isso é possível, em meio a especulações do mercado sobre os próximos movimentos do BC no combate à **inflação**.

Em evento promovido pelo Goldman Sachs, Serra afirmou que se pudesse escolher alongar o período de manutenção da Selic em um patamar mais elevado, essa seria uma opção "adequada", ressaltando, contudo, que a decisão precisa ser "razoável" e considerar outros fatores, como a atividade econômica.

"A gente fez o trabalho mais rápido do que nossos pares, a gente imaginava poder parar (o aperto) nessa reunião (de maio); o cenário piorou, a gente teve que estender o ciclo, dar uma sinalização de provável extensão do ciclo, mas daqui para frente eu acho que o tempo dirá", disse.

Há cerca de duas semanas, o BC subiu a Selic em 1,0 ponto percentual, a 12,75% ao ano, e disse ser provável uma extensão do movimento de alta dos juros com um ajuste de menor magnitude na próxima reunião, em junho, sem especificar se esse seria o último aumento da taxa.

"Se eu puder escolher alongar o período de convergência, alongar a manutenção da Selic em um nível apertado, juro alto, e for possível entregar a meta de **inflação** com essa política, acho que ela é adequada, mas precisa ser razoável", disse, ponderando que o BC fará ajuste no ciclo se necessário.

O diretor justificou que até o momento houve poucos sinais de desaceleração da atividade, mas que as pressões nesse sentido agora serão ampliadas.

Depois de ressaltar que a taxa de juros entrou em campo contracionista recentemente, no fim de 2021, ele afirmou que os efeitos defasados da política monetária começarão a ser sentidos no segundo semestre deste ano, impactando a economia e abrindo caminho para recuo da **inflação**.

"Daqui para frente, há risco crescente de a política monetária fazer efeito e desacelerar a demanda", disse.

Apesar da avaliação de que a atividade deve esfriar nos próximos meses, ele afirmou que o setor de serviços ainda tem espaço para recuperar e há melhores perspectivas para o crescimento estrutural do País com cenário mais favorável de câmbio, poupança interna e balanço de pagamentos.

Sobre o foco da atuação do BC, Serra disse que é válido discutir um alongamento do horizonte relevante da política monetária, mas ressaltou que a autarquia está hoje focada no cumprimento da meta de **inflação** em 2023.

Segundo ele, a partir de agosto deste ano, a autoridade monetária passará a incorporar em seu horizonte relevante algum peso para o ano de 2024. (Reuters)

Ipea: inflação afeta mais as pessoas de baixa renda durante o mês de abril

A **inflação** segue pesando mais no bolso do brasileiro mais pobre. Foi o que demonstrou pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) divulgado nessa segunda-feira (16). O levantamento disse que em abril, a **inflação** para as famílias com renda domiciliar muito baixa foi de 1,06%. No outro extremo, entre as famílias de renda alta, marcou 1%.

No acumulado de 12 meses, a **inflação** apurada para esse grupos familiares chegou a 12,7% e 10,8%, respectivamente. Pressionada pelo grupo alimentos e bebidas, a **inflação** foi mais severa para a população com renda mais baixa. Já para as faixas mais ricas, o maior impacto veio do grupo transportes, que representou 60% de toda a **inflação**.

O indicador refletiu os reajustes das passagens aéreas (9,5%), do transporte por aplicativo (4,1%), da gasolina (2,5%), do etanol (8,4%) e do diesel (4,5%).

"No caso do segmento de renda muito baixa, o impacto exercido pela alta dos preços dos alimentos no domicílio - especialmente do arroz (2,2%), feijão (7,1%), macarrão (3,5%), batata (18,3%), leite (10,3%), frango (2,4%), ovos (2,2%), pão francês (4,5%) e óleo de soja (8,2%) - fez com que o grupo alimentos e bebidas respondesse por 61% de toda a **inflação** apurada em abril", destacou o Ipea.

Site: https://oestadoce.com.br/digital/16-05-2022-edicao24310/

Fortalecer a saúde de idosos afasta demência

Fortalecer a saúde de idosos pode ser uma estratégia eficaz para prevenir a demência, mostram cientistas canadenses e britânicos. Em um trabalho publicado na revista Journal of Neurology, Neuro-surgery and Psychiatry, os pesquisadores mostram como um organismo mais fraco é um forte preditor para a doença neurodegenerativa - que tem o Alzheimer como tipo mais comum - mesmo entre pessoas com baixo risco genético de desenvolvê-la. A equipe também enfatiza que essa vulnerabilidade pode ser revertida com a adoção de um estilo de vida saudável.

No estudo, os especialistas avaliaram dados de cerca de 196 mil adultos com mais de 60 anos, todos retirados do UK Biobank, um sistema nacional de dados médicos da população britânica, com informações coletadas por 10 anos. No período, a demência foi identificada, por meio de registros de internação hospitalar, em 1.762 pessoas.

Em uma segunda etapa da análise, os cientistas calcularam o risco genético dos voluntários para a doença e usaram uma pontuação para definir o nível de fragilidade considerando as seguintes condições: acúmulo de sintomas, deficiências e enfermidades relacionadas à idade.

"O risco de demência reflete fatores genéticos, neuropatológicos, de estilo de vida e de saúde geral que, por sua vez, dão origem a uma série de anormalidades no cérebro. Por isso, essa é uma doença difícil de ser avaliada e que exige uma análise minuciosa para entender as suas causas", afirma, em **comunicado**, Kenneth Rockwood, professor de medicina geriátrica e neurologia da Universidade Dalhousie, no Canadá.

RISCO MENOR

Por meio das análises e comparações, constatou-se que, mesmo nos indivíduos com maior risco genético de demência, o risco de ter a doença era menor entre aqueles que estavam em boa forma. Por outro lado, era maior naqueles com mais problemas de saúde. "Em comparação com os participantes do estudo com um baixo grau de fragilidade, o risco de demência foi mais de 2,5 vezes maior (268%) entre os analisados que tinham um alto grau de fragilidade mesmo depois de controlar vários determinantes genéticos da demência", detalham os autores no artigo.

O estudo também mostrou que a combinação de alto risco genético e extrema fragilidade é considerada particularmente prejudicial - com indivíduos nessa condição apresentando risco seis vezes maior de ter a doença neurodegenerativa, quando comparados a pessoas não vulneráveis geneticamente e com uma saúde melhor.

"Nossa pesquisa é um grande passo para uma melhor compreensão dessa doença, pois nos revela que a vulnerabilidade genética tem um peso bem menor do que imaginávamos, além de mostrar o valor de um estilo de vida mais saudável, que é algo que pode ser modificado", frisa David Ward, da Divisão de Medicina Geriátrica da Universidade Dalhousi.

Também para os outros responsáveis pela pesquisa a mensagem mais importante do trabalho é que existem caminhos para combater a demência. "Essas descobertas têm implicações extremamente positivas, mostrando que a demência não é inevitável, mesmo que você tenha um alto risco genético", enfatiza Janice Ranson, pesquisadora da Universidade de Exeter.

"Podemos tomar medidas significativas para reduzir nosso risco. Combater a fragilidade pode ser uma estratégia eficaz para manter a saúde do cérebro, além de ajudar as pessoas a se manterem móveis e independentes por mais tempo na vida", acrescenta.